

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UM OLHAR SOBRE O PROJETO RONDON E A DIMENSÃO AMBIENTAL

Daline Vinhal Pereira

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Maria de Castro

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, abril de 2009

Pereira, Daline Vinhal
Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental/
Daline Vinhal Pereira
Brasília, 2009.
87 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento
Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Projeto Rondon. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Dimensão
Ambiental. I. Universidade de Brasília. CDS.
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

Daline Vinhal Pereira

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental

Daline Vinhal Pereira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Vanessa Maria de Castro, Doutora (UnB/ CDS)
(Orientadora)

José Augusto Leitão Drummond, Doutor (UnB/ CDS)
(Examinador Interno)

Umberto Euzébio, Doutor (UnB/ IB)
(Examinador Externo)

Brasília - DF, 13 de abril de 2009

*De tudo, ficaram três coisas:
a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e
a certeza de que seria interrompido antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo.
Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da
procura um encontro.*

(Fernando Sabino)

AGRADECIMENTOS

À orientadora desse trabalho, Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro, que entendeu bem o meu caminhar e o desse projeto.

Aos demais membros da banca, Prof. Dr. José Augusto Drummond e Prof. Dr. Umberto Euzébio, que compartilham de uma vivência estendida com o Projeto Rondon.

Ao Prof. Dr. Fabiano Toni que participou da banca de qualificação e auxiliou em um momento importante.

Aos que proporcionaram rendimentos durante o desenvolvimento desse trabalho, respectivamente: família, CAPES e Ministério do Meio Ambiente.

À Associação Nacional de Rondonistas, na pessoa do Coronel Sérgio Mário Pasquali; ao Ministério da Defesa, na pessoa do Coronel José Paulo da Cunha Victorio; e à UnB, na pessoa do Antônio Carlos dos Anjos Filho, pelo pronto-atendimento às solicitações bem como à afetuosa atenção dispensada.

À mestrande do CDS e ex-servidora da coordenação do Projeto Rondon no Ministério da Defesa, Daniela Gomes de Carvalho, que repassou os primeiros materiais a respeito do Projeto Rondon.

Aos amigos e amigas, velhos e novos. Agradecimento especial à Vivi, Gabi e moradores do Jac's lar.

E, por fim, e com o maior carinho, à família querida.

RESUMO

O Projeto Rondon é uma ação, coordenada pelo governo federal e realizada por universitários, em regiões selecionadas em função dos seus indicadores de baixa condição socioeconômica. A primeira edição do Projeto Rondon teve uma duração de 22 anos, de 1967 a 1989, cenário de um período marcante da história brasileira no qual predominou a ditadura militar. Na Nova República o Projeto Rondon foi encerrado. Somente em 2005 foi retomado, a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE) ao presidente Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo geral da dissertação foi analisar a dinâmica do Projeto Rondon nas suas duas edições focalizando principalmente a temática do desenvolvimento sustentável, na dimensão ambiental. As perguntas que nortearam este trabalho foram: quais são as similitudes e divergências das duas edições e qual o papel do desenvolvimento sustentável e da dimensão ambiental no Projeto Rondon? Para responder a essas perguntas, utilizou-se dos instrumentos metodológicos qualitativos e quantitativos, a partir de dados secundários, por meio de um levantamento bibliográfico de documentos oficiais, científicos e meios de comunicação; bem como de dados primários, por meio da realização de entrevista semi-estruturada e grupo focal. As duas edições do Projeto Rondon apresentam semelhanças em suas características principais, ao proporcionar uma experiência marcante na formação dos universitários. A reedição do Projeto Rondon, entretanto, apresenta-se tímida no cenário atual, de acordo com o baixo número de estudantes envolvidos bem como com a reedição de um só formato, as operações nacionais. Apesar do enfoque de desenvolvimento sustentável estar expresso na segunda edição, na práxis da primeira edição já era trabalhado o diálogo entre os saberes, fundamento epistemológico do desenvolvimento sustentável. Em relação ao cuidado ambiental observa-se que ele é assimilado de forma lenta. Restringia-se a campanhas de preservação no final da primeira edição do Projeto Rondon e, atualmente é englobado pelo enfoque de desenvolvimento sustentável. No estudo de caso da reedição do Projeto Rondon na UnB, envolvendo alguns professores e alunos, a abordagem ambiental é incipiente, porém positiva.

Palavras chaves: Projeto Rondon, Desenvolvimento Sustentável, Dimensão Ambiental.

ABSTRACT

The Rondon Project is an action, coordinated by the Federal Government and accomplished by university students, in areas selected for their low socioeconomic condition. Rondon Project's first edition lasted 22 years, from 1967 to 1989, and it was the scenery of an outstanding period of the Brazilian history in which the military dictatorship prevailed. In the New Republic the Rondon Project was contained. Only in 2005 it was retaken, upon the request of the National Union of the Students (UNE) to the president Luís Inácio Lula Silva. The general objective of the essay was to analyze Rondon Project in its two editions focusing mainly the theme of sustainable development, especially the environmental dimension. Some questions have been the guide of this work, such as: which are the similarities and divergences of the two editions and what is the role of the sustainable development and of the environmental dimension in the Rondon Project? To answer these questions and to reach the considered purpose, it was made use of the qualitative and quantitative methodological instruments, from secondary data, through bibliographical survey of official, scientific documents and communication means; as well as of primary data, through the accomplishment of semi-structured interview and focal group. Rondon Project's two editions present similarities in their main characteristics, when providing an exceptional experience in the formation of university students. Rondon Project's new edition, however, comes shy in the current scenery, according to the low number of involved students as well as with the re-edition of only one format, the national operations. In spite of the focus of sustainable development being expressed in this edition, in the praxis of the first edition it was already worked out the dialogue among the knowledge, the epistemological base of the sustainable development. In relation to the environmental care it is observed that it is assimilated in a slow way. It was limited to preservation campaigns in the end of Rondon Project's first edition and, now it is included by the focus of sustainable development. In the Rondon Project's new edition case study, involving some teachers and students, the environmental approach is incipient, however positive.

Key words: Rondon Project, Sustainable Development, Environmental Dimension.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4
1.1 DESENVOLVIMENTO	4
1.1.1 A Economia	6
1.1.2 O papel do Estado	6
1.1.3 Um pouco da história do “desenvolvimento” do Brasil no século XX	7
1.1.4 Outras Considerações	8
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
1.3 DIMENSÃO AMBIENTAL	14
1.3.1 Institucionalização da Questão Ambiental	15
1.3.2 Problemas ecológicos/ ambientais	17
2 HISTÓRICO DO PROJETO RONDON	22
2.1 SURGIMENTO DO PROJETO RONDON	22
2.2 A PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROJETO RONDON (1967 A 1989)	26
2.3 O PROJETO RONDON NA SUA SEGUNDA EDIÇÃO (A PARTIR DE 2005)	39
2.4 COMPARAÇÃO DAS DUAS EDIÇÕES DO PROJETO RONDON	49
3 TEMAS RELACIONADOS AO PROJETO RONDON	52
3.1 PROJETO SIMILAR: UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA	52
3.2 TRABALHO VOLUNTÁRIO	54
3.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	56
4 PESQUISA DE CAMPO	60
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	60
4.2 COORDENAÇÕES DO PROJETO RONDON	62
4.3 PARTICIPAÇÃO DA UnB NA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO RONDON	63
4.4 ESTUDO DE CASO PROJETO RONDON NA UnB	65
4.4.1 Motivação e envolvimento com o Projeto Rondon	65
4.4.2 Preocupação ecológica e desenvolvimento sustentável	66
4.4.3 Significado do Projeto Rondon	71
4.4.4 Comparação entre as edições do Projeto Rondon	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

O Projeto Rondon (PR) é uma ação, coordenada pelo governo federal, que proporciona uma oportunidade para os universitários vivenciarem diferentes realidades brasileiras, colocarem em prática os aprendizados adquiridos em suas instituições de ensino e trocarem saberes com as comunidades locais.

O PR realizou sua primeira expedição em junho de 1967, com a viagem de 30 estudantes de graduação de quatro universidades do Rio de Janeiro à região Amazônica, sob coordenação de um professor universitário. Essa viagem teve duração de 30 dias. Com o passar do tempo, sob coordenação do Ministério do Interior, incorporou outros programas, como as Operações Especiais, realizadas por meio de convênios com instituições públicas e privadas. Elas poderiam durar meses ou mesmo anos, por ocorrerem em áreas próximas à origem dos universitários. Houve ainda a experiência dos *Campi* Avançados, com instalação de bases das universidades em algumas localidades.

A primeira edição do PR (1967-1989) foi significativamente divulgada, haja visto o seu longo período de execução e o grande número de pessoas envolvidas, bem como a sua disseminação nas mais distintas regiões. Além disso, diversas ações, mais duradouras, como o Programa de Fixação Profissional e Estágios Remunerados, fizeram parte do PR. A extinção do PR se deu em 1989, quarto ano do governo da Nova República, por decreto do presidente José Sarney, sob alegação de falta de recursos financeiros.

Somente depois de 16 anos o PR retorna ao cenário nacional. Foi relançado em 2005, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sob coordenação do Ministério da Defesa. Ele assumiu o formato original do PR, ou seja, viagens de estudantes a áreas distantes das sedes de suas universidades. No entanto, passa a assimilar em suas diretrizes o desenvolvimento sustentável nos municípios, em conformidade com o novo contexto em que a questão ambiental passou a ser considerada pela sociedade.

O objetivo desta dissertação é analisar a dinâmica do PR nas suas duas edições; a primeira de 1967 a 1989 e a segunda a partir de 2005, focalizando principalmente a temática do desenvolvimento sustentável, na dimensão ambiental. Para aprofundar algumas questões traçaram-se dois objetivos específicos que são:

- analisar as potencialidades e vulnerabilidades do PR, em suas duas edições.
- verificar o campo de atuação da reedição do PR e alguns de seus efeitos no cenário atual, principalmente os relacionados aos aspectos do desenvolvimento sustentável.

As perguntas fundamentais que se busca responder nesta pesquisa são: quais são as similitudes e divergências das duas edições? Qual o papel do desenvolvimento sustentável e da sua dimensão ambiental no PR?

Como procedimento metodológico, adotou-se a revisão bibliográfica de documentos oficiais, acadêmicos e meios de comunicação, verificando-se a abrangência do PR. Houve também uma pesquisa de campo, envolvendo a Universidade de Brasília (UnB) e pessoas de referência do PR. Dessa forma, as análises da dissertação centram-se em dados primários e secundários.

Na pesquisa de campo, conheceu-se a Associação Nacional de Rondonistas e o ponto de vista de seus participantes, no qual se destacam coordenadores da primeira edição do PR. Também se visitou a coordenação do PR atual, situada no Ministério da Defesa, no qual o trabalho é comandado majoritariamente por militares.

Realizou-se uma pesquisa com participantes do PR vinculados à UnB. Uma disciplina optativa de graduação que tem como foco o PR foi observada, bem como encontros de socialização da experiência dos participantes das operações realizadas em julho de 2008.

Utilizou-se do grupo focal com universitários participantes da 2ª edição do PR e entrevista semi-estruturada com professores da UnB. Eles foram selecionados devido à sua participação na primeira edição do PR, como universitários, e ao envolvimento na edição atual, como professores coordenadores.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos: o primeiro traz reflexões sobre o desenvolvimento sustentável e a dimensão ambiental; o segundo apresenta e analisa as duas edições do PR; o terceiro aborda alguns temas que têm relação mais estreita com o PR, como a extensão universitária; e, o quarto faz um estudo sobre a reedição do PR na UnB.

1 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo busca investigar os avanços do desenvolvimento sustentável. Para tanto, iniciar-se-á trazendo um pouco da reflexão sobre desenvolvimento, o seu desenrolar em desenvolvimento sustentável, explorando, por fim, as problemáticas que levaram à institucionalização da questão ambiental e as que ela perpassa atualmente.

Dessa forma, são trazidos elementos para uma visão macro em relação ao PR, pautada nos fundamentos de uma perspectiva de sustentabilidade e de cuidado ambiental.

1.1 DESENVOLVIMENTO

A concepção de desenvolvimento varia de acordo com o contexto histórico. A partir dos anos 1940 que se iniciou a reflexão tal como se entende hoje, no contexto da reconstrução da Europa no pós-guerra (SACHS, 2004).

Veiga (2006) coloca que, de maneira geral, o desenvolvimento advém da combinação de dádivas da natureza com o trabalho humano. Assim, surge o recurso inicial da economia de qualquer comunidade. Dessa forma, o principal ingrediente qualitativo é o trabalho humano, mesmo que nem sempre o seja do ponto de vista quantitativo.

Entretanto, para a maioria das pessoas o desenvolvimento econômico resulta da posse de coisas, como fábricas, escolas, tratores e outras geralmente englobadas sob o nome de infra-estrutura. Assim, Veiga (2006) afirma que há uma necessidade de entender que desenvolvimento é, na verdade, um processo que produz coisas e que o processo exige essencialmente pessoas criativas. Entretanto, ele pondera tais afirmações com a evidência do desestímulo ou supressão da competência de muitos por meio de diversas discriminações, em situações próximas à escravidão ou servidão. A partir dessa base, muitas outras explicações são formuladas para compreender o que leva ao desenvolvimento de uma região, verificando-se uma variedade de possibilidades a partir das quais os especialistas levantam alguns padrões.

Durante muitos anos, o componente quantitativo destacou-se nas teorias de desenvolvimento. Hoje não se nega o seu grande papel, porém destaca-se cada vez mais o seu componente qualitativo.

Numa visão histórica do Brasil, a característica mais significativa do desenvolvimento foi a tendência estrutural de excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Dessa forma e, de acordo com os custos da depredação dos recursos naturais, Furtado (1974) já anunciava o mito que significa o desenvolvimento econômico, visto como a impossibilidade de os povos pobres desfrutarem algum dia das formas de vida dos povos ricos. De qualquer forma, ele mesmo esclarece que os mitos são os orientadores da visão do processo social, ou, como diz Veiga (2006), há que se ter a clareza de que na base da reflexão sobre o desenvolvimento existe implicitamente uma teoria geral do ser humano.

Veiga (2006) introduz a renúncia à idéia de desenvolvimento pelo fato de ela ter funcionado como armadilha ideológica que perpetuou as relações assimétricas entre as minorias dominantes e as maiorias dominadas nos países e entre países. Dessa forma, o desenvolvimento seria exceção histórica, e não regra geral. Para ele, o desenvolvimento permite revelar capacidades, talentos e imaginação, na busca da auto-realização e da felicidade.

Essa mesma linha de pensamento está expressa nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Nações (PNUD), relacionando o desenvolvimento humano com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, a partir da provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas. Assim, o desenvolvimento humano seria uma idéia tão política quanto econômica (VEIGA, 2006).

Veiga sintetiza a freqüente confusão entre crescimento e desenvolvimento citando Furtado (2004). Para este, quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

A seguir, serão destacados e comentados alguns eixos de análise da discussão sobre o desenvolvimento no Brasil.

1.1.1 A Economia

A dimensão econômica geralmente é a primeira a ser apontada ao se falar em desenvolvimento. A teoria do economista, Albert Hirschmann, de que a riqueza dos diretamente beneficiados pelo crescimento econômico traria benefícios também aos mais pobres, em forma de ampliação dos postos de trabalho ou oportunidades econômicas, vem sendo negada. Essa idéia choca-se com as evidências de que as inovações tecnológicas estão orientadas pela competitividade, que sofre regulação pelo mercado, forçando a redução dos postos de trabalho por unidade produzida. (MORAES, 2003; ZANINI, s.d.). Desta forma, o crescimento econômico em países em desenvolvimento tende a concentrar a riqueza nas mãos de poucos, gerando uma economia descomprometida em relação às demais sustentabilidades (FURTADO, 2000; SACHS, 2004).

Não se trata, no entanto, de negar a importância central da tecnologia e do capital no processo de desenvolvimento. A falta de crescimento econômico, por exemplo, agravou a concentração de renda nas décadas de 1980-1990 no Brasil (ZANINI, s/d). Há a necessidade de redefinir a orientação e função do desenvolvimento, de forma que outros interesses orientem a ação econômica. Trata-se, portanto, de alterar os processos produtivos e as teorias e políticas de desenvolvimento regional, buscando um novo modelo de desenvolvimento (MORAES, 2003).

1.1.2 O papel do Estado

Na reconstrução que se seguiu à Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de um Estado desenvolvimentista ativo, capaz de estabelecer condições democráticas, bem como superar o atraso social e econômico (SACHS, 2004). Desta forma, era importante o Estado de Bem Estar e interventor, com crescente participação no PIB e no investimento social.

A partir dos anos 1980, na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, intensificou-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento. Nesse debate foram questionadas as abordagens teóricas que consideravam o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas a gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de algumas atividades. Ao mesmo tempo, no Brasil, a crise fiscal do Estado e

assimilação dos processos de descentralização, desde o início da década de 1990, impulsionaram uma tendência à valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas. Esta tendência foi reforçada pelos processos de reconfiguração dos padrões de produção e pela internacionalização dos fluxos de capital (MORAES, 2003).

O Estado entra em intensa e profunda reformulação, redefinindo o seu papel e levando à privatização, terceirização e introdução da administração gerencial. Como resultado da crise e da incapacidade do Estado diante das novas demandas e desafios, o terceiro setor tende a se expandir e o papel do Estado se reorienta para a regulação e administração por resultados (BUARQUE, 2002).

1.1.3 Um pouco da história do “desenvolvimento” do Brasil no século XX

O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez segundo as possibilidades de cada região encontrar alternativa econômica que permitisse a sua inserção no mercado internacional. Em função dessas experiências se formaram verdadeiras economias regionais no Brasil, com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste. Essas experiências seriam determinantes na configuração regional brasileira até os dias de hoje (DINIZ, 2001).

Diniz (2001) lista uma revisão de estudos que fornecem uma visão do conjunto da dinâmica regionalmente diferenciada da economia brasileira. Afirma que, por meio das análises das estruturas produtivas e das relações sociais de produção, encontrar-se-iam os fundamentos das razões do atraso nordestino, da incapacidade da industrialização mineira do século XVIII, da não-diversificação e não-integração da economia amazônica, da formação da economia do Sul e do vasto interior, do início do processo de industrialização descentralizada no Brasil e seus limites. Revisa também avaliações dos condicionantes políticos da criação de políticas regionais, dos seus resultados e do seu alcance.

Hoje se busca modificar o padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980, por meio do uso não-predatório das riquezas naturais e aproveitamento do saber das suas populações tradicionais (BECKER, 2005). Para tanto

são necessárias novas concepções e percepções que, no passado recente, não passavam de utopia (BUARQUE, 2002).

1.1.4 Outras Considerações

Na busca por um novo padrão de desenvolvimento no Brasil, há que se lidar ainda, no setor público, com dificuldades de diálogo entre os vários ministérios e destes com segmentos da sociedade, dada a cultura corporativa e tecnocrata de isolamento e competição. Há, por exemplo, diferentes 'linguagens' institucionais, além dos diversos paradigmas das profissões. Outro ponto a se destacar é a quase inexistência de setor técnico forte ligado à temática ambiental dentro das diversas instâncias do governo, fortalecendo o pouco destaque dado à dimensão ambiental e o privilégio dado ao crescimento econômico (PORTO, 1998).

Há ainda crescentes polarizações entre a globalização em curso - que pressiona por políticas de contenção de gastos públicos, privatização de empresas públicas e a liberalização dos fluxos de comércio e investimento - e as pressões regionais de trabalhadores e da população em geral por melhores condições de vida, trabalho e meio ambiente (PORTO, 1998).

Para Zanini (s.d.), a reflexão acerca do desenvolvimento deve:

considerar a dinâmica do capitalismo, sem trilhar dogmas, mas partindo das possibilidades diante do quadro real, em um olhar do ponto de vista técnico-científico, envolto e assentado na qualidade do desenvolvimento, por isso, as soluções necessariamente devem ser pensadas para o longo prazo antes do curto, para o conjunto da sociedade e não para os interesses individuais ou de grupos. Nesse sentido, o caminho passa pela reconstrução política da sociedade, tornando indispensável o debate público e a democratização dos espaços de informação.

Reconhece ainda que não se trata de tarefa simples, pressupondo antes de tudo traçar com clareza o caminho a seguir, definir um plano flexível e articular as forças que podem produzir as mudanças necessárias diante dos entraves. Na construção das estratégias de desenvolvimento, ele destaca a publicidade às opiniões, classificando como um aspecto gerencial “chave”. A publicidade plural, não-tendenciosa, seria a formadora da razão coletiva, por ter sentido educativo, político e estratégico para inclusão dos interesses diversos (ZANINI, s.d.).

Dessa forma, o desenvolvimento está longe de ser um processo simples ou exato. Diversos fatores se inter-relacionam, de diversas dimensões. A economia foi a primeira dimensão que os teóricos levantaram como fundamental para o desenvolvimento das localidades, ocupando um espaço de destaque até os dias atuais. O Estado, em determinado momento histórico, também foi responsabilizado como principal agente propulsor de um processo de desenvolvimento. Hoje seu papel está mais ligado à regulação para a mediação dos diversos interesses da sociedade. A história, por sua vez, é uma dimensão que sempre será considerada como fundamental ao permitir algumas explicações sobre os fatores que atuam em uma determinada localidade e seu grau de enraizamento. Muitos outros pontos podem ser levantados na discussão sobre desenvolvimento, tal como as dificuldades de diálogo entre setores da sociedade ou influências de escala maior, como o processo de globalização. De qualquer forma, as discussões hoje se voltam para a busca de um desenvolvimento que considere, no mínimo, as dimensões econômica, social e ambiental, remetendo-se às discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A concepção de desenvolvimento sustentável tem as suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972 (SACHS, 2000; PHILIPPI JR, BRUNACCI, 2005). A junção dos dois vocábulos e a definição de seu conceito, entretanto, foram propostos pela Comissão Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, apenas em 1987. A definição proposta no relatório *Nosso Futuro Comum* foi a de “atender às necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem suas necessidades”.

A maior novidade é a incorporação da dimensão ambiental às dimensões econômicas e sociais, que vinham sendo trabalhadas. Uma base mais completa para o entendimento das implicações que advêm do conceito desenvolvimento sustentável é dada por Sachs (2000). Para ele, a sustentabilidade tem diversas dimensões e existe uma ordem de importância entre elas. Primeiro viria a sustentabilidade social devido à própria finalidade do desenvolvimento. A sustentabilidade cultural estaria correlacionada com a primeira. Em seguida viria a sustentabilidade do meio ambiente, como decorrência da anterior que, por sua vez, estaria próxima da distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades. Para ele, a sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas não seria uma condição prévia para as demais. O mesmo poderia ser dito em relação à sustentabilidade política, também não anterior às demais, por sua vez ligada a sustentabilidade do sistema internacional. Jara (2001) lista ainda o que chama de dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável, que reúnem o amor, a solidariedade, a cooperação, a beleza, a compaixão, a confiança, a bondade e a alegria.

Na prática, porém, desenvolvimento sustentável é uma expressão que tem sido questionada por diversos teóricos (CAVALCANTI, s.d.; HERCULANO, 1992; CASTRO, 1998). Exemplo disto é o questionamento da própria idéia de sustentabilidade, que seria tomada de empréstimo da área biológica, mais precisamente da biologia populacional em estudos de manejo de pesca e florestas, e aplicada de modo ilegítimo no campo da socioeconomia. Isso resultaria numa desterritorialização teórica, ou seja, na perda dos conceitos que levaram à concepção de um termo (LE BRÁS, 1994; WEBER, 1997; CASTRO, 1998; VEIGA, 2006).

A causa principal das contradições quanto ao conceito, todavia, é a interferência de um discurso a favor do crescimento sustentado, desconectado da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (LEFF, 2001). Soma-se a

isso a assimilação da expressão 'desenvolvimento sustentável' aos mais distintos discursos, banalizando o seu conteúdo e representando apenas um incipiente e talvez ingênuo intuito de modificar o padrão de desenvolvimento. Entretanto, também não se pode negar os avanços nesse sentido, visualizados em alguns trabalhos de âmbito local (SILVEIRA *et al*, 2001; HAMMES, 2002).

De qualquer forma, conforme pondera Veiga (2005), a noção de desenvolvimento sustentável deve ser entendida como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à idéia bem mais antiga de "justiça social", compondo a visão de futuro sobre a qual a civilização contemporânea necessita alicerçar as suas esperanças. Para Castro (1998), o desenvolvimento sustentável não só pode resistir à crise epistemológica do conceito, como representa poderosa ferramenta para a elaboração de políticas públicas. Em síntese, Montibeller-Filho (2004) observa que o desenvolvimento sustentável é o paradigma do movimento ambientalista e que se tornou um consenso que ele deve ser perseguido pelas diversas sociedades humanas.

Numa visão mais ampla, é uma nova concepção da relação entre a humanidade e a natureza, tanto na ação individual dos cidadãos como na totalidade de ações que compõem uma cidade. É uma referência para processos que anunciam uma transição desta para uma nova sociedade (MOISÉS, 1999; MENEGAT, ALMEIDA, 2004).

Tamaio (2007) estabelece uma diferença entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Para ele o conceito de desenvolvimento sustentável é hegemônico, historicamente constituído e institucionalizado pelas forças de mercado, com ênfase no aspecto econômico e tecnológico. Por outro lado, a concepção de sustentabilidade permitiria vislumbrar a idéia de desenvolvimento sob uma perspectiva contra-hegemônica, fundamentada historicamente no esforço da construção de uma nova sociedade emancipada. Seria uma idéia plural, com ênfase no aspecto social e político. Ele se apóia em alguns autores como Herculano (1992) e Nobre (2002) para diferenciar tais conceitos, assumindo ainda que tais diferenças são tênues. Logo, o conceito de sustentabilidade pode variar de acordo com o autor. Para alguns (Cavalcanti, 2003; Bruseke, 2003; Leff, 2001; Sachs, 2000), relaciona-se intrinsecamente com crescimento e com as mudanças econômicas. Para outros (Nobre, 2002; Ruscheinsky, 2002; Layrargues, 1997; Herculano, 1992), relaciona-se a uma disputa de poder político-ideológico nos rumos conceituais de desenvolvimento.

Cabe observar ainda que o adjetivo sustentável tem sido aplicado aos mais diversos substantivos (transporte, consumo, turismo) no sentido de qualificar qualquer objeto de política pública, prática social ou empreendimento que esteja de acordo com princípios de sustentabilidade, articulando as diversas dimensões do desenvolvimento. Assim, tem liberado a criatividade e orientado a prática de lideranças sociais e de formuladores e gestores de políticas públicas, sendo esta uma das explicações de sua força (MOISÉS, 1999).

Dessa forma, nesse trabalho, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ou apenas a caracterização com o adjetivo sustentável tem esse mesmo intuito de buscar caminhos para que a natureza seja suporte, condição e potencial do processo de produção. O desenvolvimento seria endógeno, auto-suficiente e orientado para as necessidades, como já abordado por Veiga (2006). O olhar é complexo abordando simultaneamente os aspectos sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e institucionais dos problemas analisados.

Montibeller-Filho (2004), numa visão aplicada à sociedade atual, dá dois motivos para a importância de se estudar a sustentabilidade do capitalismo: a necessidade da compreensão das nossas ações, fundamentais para uma participação política com o intuito de impor regras e limites à atuação da economia em relação meio-ambiente, e o elevado peso que deve ser atribuído à possibilidade de um evento negativo provocar danos ambientais irreversíveis.

Menegat e Almeida (2004) enfatizam que a sustentabilidade não é uma tecnologia capaz de solucionar os problemas. Leff (2000) explica que, na produção e aplicação de boas estratégias tecnológicas para aproveitamento dos recursos do ecossistema, surgem obstáculos a partir do conflito de interesses que opõe os proprietários de terra e meios de produção, usufrutuários da riqueza produzida dentro da racionalidade produtiva dominante e os beneficiários da mudança de racionalidade produtiva (LEFF, 2000; FOLADORI, 2001). Logo, o desenvolvimento sustentável tende a aumentar a importância e necessidade do planejamento como instrumento para orientar o futuro. Ao centralizar o enfoque em um determinado território, nas suas paisagens, na sua população e nas relações desta com todos os demais elementos desse território, adota princípios como planejamento ascendente, participação e autonomia da população local e perspectivas de mercado, tendo como meta final a melhoria das condições de vida dessa população (MORAES, 2003; ZANINI, s.d.).

A diferença no processo de desenvolvimentos sustentável é o envolvimento dos cidadãos com as questões ambientais (PHILIPPI JR, BRUNACCI, 2005). Ninguém melhor que os cidadãos de uma localidade para construir uma visão das possibilidades e oportunidades de desenvolvimento econômico (maior diferenciação e melhor integração e complementaridade das atividades econômicas), social (menor necessidade do uso de hospital, maior frequência à escola e em atividades culturais e políticas, maior exercício do direito de escolhas individuais) e territorial (distribuição espacial dos assentamentos e das atividades que favoreça os fluxos e a qualidade de vida e do ambiente) (MOISÉS, 1999).

De acordo, a Organização Pan-Americana da Saúde elaborou o Manual Atenção Primária Ambiental que propõe uma estratégia que leva a sociedade civil e as organizações locais a conhecer, identificar e solucionar problemas ambientais tanto do espaço rural quanto do urbano. As propostas práticas apresentadas incluem a elaboração de diagnósticos participativos, apoio à fiscalização ambiental, programa de manejo de resíduos, vigilância ambiental, ações preventivas, campanhas de saúde pública, educação ambiental, controle da erosão do solo, elaboração e execução de projetos, elaboração de planos estratégicos participativos (PHILIPPI JR, BRUNACCI, 2005).

Exemplificam ações sugeridas para se trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Apesar das dificuldades conceituais levantadas quanto à qualificação do desenvolvimento como sustentável, retoma-se e enfatiza-se seu olhar para a dimensão ambiental, uma urgência que necessita ser dimensionada adequadamente pela sociedade, conforme será explorado a seguir.

1.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

A dimensão ambiental permite dois entendimentos. O primeiro, compreende o tratamento das pessoas com relação, primordialmente, aos recursos naturais. O segundo diz respeito a uma visão que prioriza as conexões com outras áreas ou saberes, visão preponderante nos trabalhos da área de educação ambiental. Na maioria das vezes, entretanto, assume-se o meio termo em sua interpretação, ou são mescladas as duas abordagens. Concorda-se, neste trabalho, com a segunda perspectiva, que enfatiza a relação dos recursos naturais com outras áreas.

Setti *et al* (2001) apresentam o conceito de dimensão ambiental desenvolvido e apresentado pelas Nações Unidas como, entre outros, uma variável do processo de desenvolvimento que os planejadores reconhecem como indispensável. Ele é o conjunto de interações dos processos sociais com os naturais, dentre os quais os de produção e consumo são muito importantes no planejamento do desenvolvimento. É uma dimensão global na qual se condicionam e relacionam os processos sociais e econômicos, levando à necessidade de que o tratamento de todas as dimensões seja inter-relacionado integralmente. O processo de planejamento, dentro dessa visão, levaria em conta as modificações nos sistemas ambientais, ao considerar políticas, programas e projetos, de forma explícita ou implícita.

Gastal (2008) traduz a sustentabilidade ecológica, que segue a intenção da expressão 'dimensão ambiental', como a necessidade de limitar o uso dos recursos esgotáveis e da sua substituição pelos renováveis, de incentivar a promoção de mudanças no padrão de consumo da sociedade, de limitação desse consumo, bem como da valorização de produtos gerados em processos que contribuam para o equilíbrio ambiental. Nessa direção, coloca que são defendidas a geração e a disseminação de tecnologias limpas e a criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental. No que cabe aos sistemas produtivos, ainda segundo Gastal, deve-se privilegiar aqueles que combinem duas qualidades essenciais à sustentabilidade: baixo consumo de energia e menor efeito poluidor possível, tanto em termos quantitativos (volumes de dejetos produzidos), como em termos qualitativos (grau de impacto ambiental gerado) (GASTAL, 2008, p. 43).

De qualquer forma, a expressão dimensão ambiental se presta, sobretudo, ao enfoque da temática ambiental sob determinados eixos de análise. A seguir, se continuará

a abordagem do tema, trabalhando as suas nuances e denominações por meio de uma perspectiva histórica, situações características, problematizações e propostas de ação.

1.3.1 Institucionalização da Questão Ambiental

A principal linha de entendimento da questão ambiental sustenta que ela nasce do aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos e perceptivos dos danos gerados por um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico. Leff (2000) expõe que a crise ambiental surgiu a partir da acumulação de “externalidades” do crescimento econômico e do desenvolvimento do conhecimento. Para ele, isso se deve a um campo do real negado e do saber desconhecido pela modernidade, reclamando a “internalização de uma dimensão ambiental através de um método interdisciplinar, capaz de reintegrar o conhecimento para apreender a realidade complexa”.

Apesar de haver casos ou situações que poderiam ser classificados como ambientalistas no período anterior ao século XX, a concepção preponderante até então era de que haveria forças na natureza responsáveis por um equilíbrio (SOARES, 2003). Não havia, uma compreensão do ser humano como parte de um sistema. Somente a partir das guerras mundiais é que se pode falar em movimentos ambientalistas. Isto está ligado a um processo de mudanças na qual a humanidade adquire uma visão das relações entre os elementos, nas diferentes escalas de análise. Em uma escala global, observa-se, após uma situação facilmente caracterizada: os prejuízos decorrentes das guerras e as necessidades de definição de acordos internacionais para evitar novas situações conflituosas, a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945. Esta teve um papel importante como canalizadora dos problemas ambientais, promovendo para tanto as conferências sobre o meio ambiente de 1972 (Estocolmo) e 1992 (Rio de Janeiro), os grandes marcos na história do movimento ambientalista global.

Já em um cenário mais regional, também por meio de uma situação facilmente identificável: os prejuízos decorrentes de grandes acidentes ambientais, efeitos advindos de outras regiões, ao serem identificados como promotores de danos em uma propriedade, começam a ser responsabilizados. Entretanto, ainda hoje a responsabilização é demorada e quase sempre está aquém dos danos provocados.

A partir da ECO-92, observa-se uma profissionalização na área ambiental, multiplicam-se as pessoas e as instituições trabalhando nesse campo. Logo, o

ambientalismo adquire mais espaço, dialogando cada vez mais, e de forma planejada, com outros atores sociais, embora carregue as marcas do seu processo de afirmação (JACOBI, 2003b).

Um maior desdobramento da questão ambiental esbarra em questões, sobretudo econômicas, de acordo com a tragédia dos bens comunais modelada por Garret Hardin, em 1968. Esse modelo evidencia o comportamento dos indivíduos ao traçarem estratégias a curto prazo, proporcionadoras de maiores lucros, desafiando a capacidade do ambiente manter a provisão de bens e serviços. Somam-se a isto dificuldades científicas quanto à problematização das questões ambientais. Elas se transformam num campo de disputa política, de acordo com valores e interesses particulares (LE PRESTRE, 2000). Dessa forma, os acordos ambientais são difíceis e muitas regulamentações não são cumpridas.

Entretanto, houve muitos avanços na área ambiental. Em relação à temática, ganharam destaque internacional a comprovação científica das mudanças climáticas e os alertas quanto aos danos que podem ocasionar. Trata-se de um problema que está na “pauta-do-dia” da questão ambiental, já que os seus efeitos atingem todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento.

Em relação às práticas, observam-se mudanças em alguns setores por meio da assimilação dos princípios de gestão ambiental, que são fundamentais na competição por mercados. Bursztyn (2008) coloca que isto se deve ao aumento do grau de exigência dos consumidores e à percepção dos produtores de que certas práticas ambientalmente insustentáveis podem gerar prejuízos. Soma-se a isso, a mudança no posicionamento dos governos, que passaram a ser mais exigentes em relação à qualidade ambiental dos processos produtivos. Entretanto, destaca-se ainda mais a proliferação do discurso ambiental, o que não significa necessariamente práticas correspondidas. É o que Bursztyn (2008) chama de “lógica do discurso”. Há o risco de as pessoas, apesar de se colocarem como favoráveis à temática ambiental, acabarem encontrando uma forma de não mudar, de serem indulgentes consigo mesmas e com as demais: “eu digo que concordo e você também, então tudo fica como está”.

Isso pode ser exemplificado, institucionalmente, pelos espaços de participação que as pessoas têm em seus municípios para tratar a questão ambiental. Jacobi (2003a) aponta que os conselhos municipais de meio ambiente, quando existem, são muito periféricos na dinâmica do poder local. Ainda são subutilizados e em geral apresentam

problemas de institucionalidade, de pouca representatividade e alcance político institucional, na medida em que a maioria deles é apenas consultiva. “Isto desestimula uma participação mais sistemática, na medida em que (*os conselhos*) apenas têm eficácia simbólica e não efetiva” (JACOBI, 2003a, p. 32). Para ele, as questões que o ambientalismo coloca estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, aos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, sobretudo nos grandes centros urbanos, e à necessidade de reforçar na sociedade práticas centradas na sustentabilidade. O salto qualitativo do ambientalismo ocorreria na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e as dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas.

Necessita-se, como apontado anteriormente, de um enfoque que considere a base de recursos naturais como um dos potenciais de desenvolvimento, junto com o potencial humano. Segundo Cavalcanti, Mello e Almeida (2004), é interessante evitar a setorialização das questões ambientais, pois o meio ambiente é uma dimensão que se situa, em maior ou menor escala, em todos os setores. A criação de um organismo ambiental setorial leva a privilegiar os temas de saúde, ou água, ou solos, entre outros. Cumpre uma função principalmente fiscalizadora da deterioração ambiental. Converte-se, para os planejadores dos outros setores, num obstáculo para as suas iniciativas. As decisões econômicas e as de planejamento adquirem, em organismos e ministérios tradicionais, considerável peso político e amplos recursos, enquanto os novos organismos ambientais setoriais geralmente carecem de toda infra-estrutura operacional. A problemática ambiental tende a ser relegada a segundo ou terceiro plano (CAVALCANTI, MELLO, ALMEIDA, 2004).

1.3.2 Problemas ecológicos/ ambientais

A lista básica dos problemas ecológicos, que geralmente têm uma conotação mais restritiva do que a palavra ambiental, apesar de também serem utilizados com o mesmo significado, constitui-se de efeito estufa, depleção da camada de ozônio, acúmulo de lixo tóxico, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos não-renováveis. Todos seriam problemas globais e, portanto, mais sérios. Existem também problemas derivados do uso de tecnologias inadequadas, da má-administração de recursos naturais, do crescimento

populacional ou de uma combinação desses fatores. Incluem fenômenos tais como chuva ácida, desertificação, erosão, poluição do ar, enchentes, esgotamento de recursos hídricos, contaminação radiativa etc. Esses são localizáveis e suscetíveis de serem controlados num prazo mais curto com emprego de tecnologia disponível (MARTINE, 1996).

A responsabilidade pela maioria das ameaças seria dos países de industrialização mais avançada, cujo modelo de desenvolvimento apresenta maiores impactos no ambiente. Isto é facilmente notado por meio da metodologia de pegada ecológica proposta por Wackernagel e Rees (1996), sinalizadora da demanda humana sobre a biosfera. Cabe notar ainda que a junção das pegadas ecológicas de todos os países mostra que atualmente ocorre a super-exploração dos recursos disponíveis no planeta em mais de 20% de sua capacidade suporte atual (CIDIN; SILVA, 2004).

A relação da pobreza com o problema ecológico é mais direta nos casos de desertificação, desmatamento, enchentes e esgotamento de recursos naturais, como a água. Outros problemas, entretanto, estão se tornando cada vez mais graves nos países semi-industrializados como a poluição do ar e a chuva ácida (MARTINE, 1996).

Uma lista de problemas típicos da industrialização atrasada e da pobreza inclui a poluição do ar e da água pelas indústrias de transformação e processamento, assim como pelos gases provenientes do fluxo intenso de veículos; a precariedade dos serviços de água, lixo e esgotos; o crescimento desenfreado de favelas, cortiços e invasões, assim como de sua insalubridade; maior ocorrência e gravidade de enchentes, devido ao desmatamento e ao adensamento demográfico; a poluição da água, da terra e dos alimentos devido à utilização de excesso de agrotóxicos na agricultura; a destruição produzida pela mineração a céu aberto em certas cidades e assim por diante (MARTINE, 1996).

Os problemas ambientais são entendidos por Philippi Jr. e Marcovitch (1999) como provenientes de uma falha do mecanismo de preços ou de uma falha no estabelecimento de direitos de propriedade sobre os recursos ambientais. Isso reforça a necessidade de participação do governo nas questões relativas à degradação do meio ambiente. Ao não ser responsabilizado, o gerador dos problemas passa a não ter interesse na solução dos mesmos. Dessa forma, para o encaminhamento de soluções do problema ambiental, é importante que o seu causador seja responsabilizado monetariamente, atendendo ao princípio poluidor-pagador.

Cabe ressaltar ainda que uma mesma área, como uma região urbana, não é afetada com a mesma intensidade e pelos mesmos problemas. Os problemas ambientais das áreas nobres não são os mesmos e tampouco são percebidos da mesma forma que os dos assentamentos de baixa renda. Torna-se difícil a constituição dos consensos políticos necessários para estabelecer prioridades no enfrentamento dos problemas. Mesmo para os problemas nos quais existe consenso, a coesão é rapidamente dissolvida quando se trata do método ou instrumento de enfrentamento, uma vez que os seus efeitos não serão uniformemente distribuídos (SMOLKA, 1996). Isto, numa escala maior, pode ser ilustrado por meio do caso dos Estados Unidos, um dos países com maior pegada ecológica, que até hoje não ratificaram o Protocolo de Quioto. Dessa forma, não se comprometeram a reduzir as emissões de gás carbônico, um dos maiores causadores do efeito estufa.

Isso ilustra um pouco dos problemas ambientais relacionados à cultura e à história dos países. No Brasil, durante o período militar, a centralização das ações e normas de controle ambientais pelo poder federal para evitar iniciativas locais que pudessem desorganizar projetos e atividades produtivas em andamento, conformou políticas tecnocráticas de controle e gestão ambiental (PORTO, 1998).

Talvez em razão disto exista hoje:

uma falta de cultura do diálogo e da interação entre os três níveis de governo, bem como entre setores 'fortes' - como planejamento, fazenda e obras/infra-estrutura - com setores "fracos" - como saúde, saneamento e meio ambiente revelando dificuldades na busca de políticas integradas e intersetoriais, caracterizando parte expressiva da vulnerabilidade institucional brasileira diante dos problemas ambientais. A esta deficiência, acrescenta-se a vulnerabilidade social relacionada às características de iniquidade do modelo de desenvolvimento brasileiro, que fragiliza as parcelas mais pobres da população ante situações de risco ambiental, como as áreas de degradação ambiental decorrentes da poluição industrial e da ausência de infra-estrutura urbana em áreas da periferia das metrópoles brasileiras. É importante ressaltar que esta lógica do desenvolvimento nacional reflete-se na atual necessidade de serem priorizadas políticas e medidas corretivas de problemas emergenciais, que poderiam ter sido evitados por efetiva política preventiva à época da implantação dos projetos de investimento (PORTO, 1998, p. 4).

Dessa forma, a questão ambiental, em nível local, tem sido historicamente tratada pelos municípios brasileiros de forma compartimentada ou generalizada. A maioria dos municípios têm poucas condições de refletir sobre os problemas ambientais de sua responsabilidade e, quando instados a enfrentá-los, se vêem em situação de fragilidade, com pouca capacidade de articulação política que possibilite o encaminhamento de

reivindicações e de ações comuns junto às diversas instâncias de poder público (PHILIPPI JR., 1999).

A partir da década de 1980, começaram a surgir as condições jurídicas e institucionais para a ação mais efetiva de controle ambiental. A Lei Federal nº 6938 de 31 de agosto de 1981, Política Nacional do Meio Ambiente, formulou o conceito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que propõe a criação de uma política pública nos três níveis institucionais, o federal, o estadual e o municipal. Este sistema induziu a descentralização, cujo exemplo maior é a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA. No processo de redemocratização do país, os avanços obtidos com essa e outras legislações começaram a se efetivar (PORTO, 1998).

Com a promulgação da Constituição Federal de outubro de 1988, o papel dos municípios em termos federativos nacionais foi fortalecido. Ao mesmo tempo, a presença do capítulo sobre meio ambiente na Constituição reforçou a responsabilidade local sobre questões ambientais (PHILIPPI JR., 1999). Ficam a cargo da União os planos e programas nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento. Nas cidades, o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana é o Plano Diretor, para cidades com mais de vinte mil habitantes. Isso assegura ao município autonomia para deliberar e executar sobre todos os assuntos de interesse local (KAUFFMAN, s.d.). Para tanto, é necessário pensar, conceber e operar sistemas de gestão ambiental dos espaços (FRANCO, 2000).

A problemática da poluição do solo, por exemplo, resulta da ineficiência de gestão dos resíduos sólidos. São incipientes as abordagens de redução da geração de resíduos e da coleta seletiva. A maioria dos esforços concentra-se em buscar alternativas de tratamento dos resíduos, sobretudo em aterros, não se aproveitando o lixo. Há poucas experiências de uso da compostagem e/ou da incineração de resíduos com geração de energia. Mesmo o gás dos aterros ainda é pouco aproveitado. Os municípios não enfrentam de forma sistemática o problema da gestão ambiental dos resíduos enquanto impacto de nível local (MAGLIO, 1999).

Estratégias de crescimento integradas à preservação do meio ambiente vêm sendo apontadas como o caminho para diminuição da gravidade de problemas sociais (desemprego, saúde, educação, transportes, saneamento, entre outros) além dos de natureza ambiental enfrentados pelos países em desenvolvimento. Isto implica na utilização de estratégias de maior complexidade, envolvendo opções de matérias primas;

opções de processos produtivos; opções de controle de resíduos; opções de mecanismos de implantação (PHILIPPI JR., MARCOVITCH, 1999; DIEGUES, 1996). Entretanto, não se trata de um caminho fácil. Dúvidas são levantadas, sobretudo entre os biólogos, quanto à efetividade da preservação da natureza. Bursztyn (1993) aponta a dominância da lógica do mercado, que vem incutindo um valor na natureza e diluindo as dimensões simbólica, cultural, estética e ética de respeito à natureza.

Dentro da proposta de se aliar o desenvolvimento e a preservação ambiental, Sawyer (1996) propõe um “campesinato ecológico” na Amazônia, combinando a pequena produção com a criação de animais e com a coleta de produtos da floresta. Isso viria a limitar o desmatamento, recuperar as terras degradadas e utilizar a floresta remanescente, em vez de levar a novas derrubadas florestais. Para isto, aponta a necessidade de mudar as ideologias existentes, procurando conviver com a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. A natureza forneceria parte da subsistência da população pobre que não pode ser absorvida pelo emprego e redistribuição de renda, nem coberta pelas políticas sociais.

Tal caminho procura reconhecer as diferenças espaciais e os elos fortes entre os objetivos sociais e ambientais (SAWYER, 1996). A intensificação da agricultura, por exemplo, pode gerar maior destruição em determinadas áreas, como na região amazônica, mas implicaria benefícios e alívio da pressão sobre as áreas remanescentes, esparsamente povoadas ou habitadas por índios, seringueiros, caboclos e outras populações tradicionais. Por isso dever-se-ia adotar uma dupla abordagem, trabalhando não apenas com os povos da floresta, por meio de uma abordagem reservista, como também com os agricultores e pecuaristas que estão provocando os maiores danos ao meio ambiente (SAWYER, 1996).

Alonso & Costa (2002), por sua vez, abordam duas condições mínimas consideradas necessárias ao tratamento “adequado” da questão ambiental: 1) uma abordagem “sistêmica” dos problemas ambientais, que supere a natureza pontual e corretiva das políticas públicas tradicionais e; 2) um estilo de resolução consensual dos conflitos ambientais, o único, crêem, capaz de produzir resultados consistentes com o caráter complexo e integrado dos problemas ambientais.

De qualquer forma, é evidente a necessidade de se pensar e experimentar ações com menor impacto ambiental, explorando caminhos em que os recursos naturais sejam, de fato, considerados como aliados no desenvolvimento.

2 HISTÓRICO DO PROJETO RONDON

Este capítulo analisará as duas edições do PR em seus diversos aspectos. É abordado o surgimento do PR, seguido pelos momentos pelos quais ele passou ao longo dos 22 anos (1967-1989) de sua primeira versão, levantando, ainda, a abordagem com relação aos recursos naturais. Em seguida, é trazida a retomada do PR, analisando a sua história de quatro anos, até o início de 2009.

2.1 SURGIMENTO DO PROJETO RONDON

A necessidade de se reduzir a rebeldia e o descontentamento dos estudantes e redirecionar o fervor estudantil para objetivos de desenvolvimento “responsáveis” é apontada por Rosebaum (1971) como a razão que levou ao surgimento do PR, em 1967. Logo, o objetivo primário do PR seria mudar as opiniões e percepções dos estudantes. Isso é encontrado de forma dispersa em documentos oficiais, como está no sexto e último objetivo da primeira operação do PR: “eliminar estereótipos sobre a vida nacional que levam os jovens a formulação (*sic*) simplistas de idéias defanadas de realidade” (CASTRO *et al*, 1975, p. 117).

Castro *et al* (1975) contextualizam o PR com relação a projetos similares de outros países classificados como “serviços de desenvolvimento”, de acordo com o *International Secretariat Volunteer Service*. Tais projetos tiveram início em 1958, quando foi instituído na Inglaterra o *Voluntary Service Overseas*, com a finalidade básica de auxiliar as nações do “Terceiro Mundo” em seu processo de desenvolvimento. A partir daí, na década de 1960, Castro *et al* (1975) afirmam que a idéia do que chamam de “promoção humana” se difunde, operando em bases nacionais e internacionais. Um exemplo internacional bem conhecido é o programa criado pelo presidente norte-americano John Kennedy, denominado *Peace Corps*, dentro de sua política externa de cooperação entre as nações. Este programa iniciou as suas atividades na América Latina com o objetivo declarado de promover a “revolução social” por intermédio de “agentes de mudança”. Afirmam ainda que o aparecimento dos mesmos é uma reação a um mal estar gerado de acordo com mudanças econômicas, sociais e culturais decorrentes da industrialização em alguns países, levando-os ao desejo de desenvolvimento, de emancipação econômica e social.

Tal argumento foi assimilado pela coordenação do PR, conforme publicado em um documento oficial de 1974, no qual o Ministério do Interior destaca a desconexão do crescimento do setor econômico com o setor sócio-cultural, relegado ao segundo plano:

O homem, que deveria ser o centro catalizador (sic) de todo esse processo e sujeito sempre consciente dessas mudanças, foi, muitas vezes, considerado e utilizado como objeto (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974).

Cabe a contextualização, como exposto no capítulo anterior, de que a reflexão sobre o desenvolvimento começou nos anos 1940. Até meados da década de 1970, em muitos países, o progresso esteve associado à idéia de crescimento econômico, como referência para a melhoria nas condições de vida dos países (DINIZ, 2001; ZANINI, s/d).

Segundo Machado (2005), o discurso do desenvolvimento está centrado na trajetória das sociedades industrializadas européias e norte-americanas, que foram assumidas, implicitamente, como o modelo de sociedade considerado universalmente válido e desejável. Em torno dessa concepção é que foram construídas as políticas voltadas para a superação do “atraso” e da “pobreza” dos países do “Terceiro Mundo”. Outras reflexões e discussões sobre o conceito de desenvolvimento serão apresentadas no Capítulo 3.

Os países do “Terceiro Mundo”, cuja maioria era de ex-colônias, se encontravam em situação de grande dificuldade na década de 1960, haja vista a carência de recursos financeiros e os seus conflitos internos. Neste período, ocorrem bruscas mudanças no governo, em vários países, resultando em geral no fortalecimento do poder militar. É o caso do Brasil, que entrou num regime de ditadura militar em 1964 e com um movimento contestatório dos estudantes ao regime e também à Universidade. O auge se deu em 1968, resultando numa reação do governo por meio do Decreto-Lei nº 477, de 26-02-1969, estabelecendo punições drásticas para infrações disciplinares.

As causas da crise na educação, de acordo com o Ministério do Interior (1974), são:

- i) demanda crescente pela educação, em desconexão com a oferta;
- ii) escassez de recursos para a adaptação dos sistemas de ensino à solução das necessidades sociais;
- iii) inércia dos sistemas de ensino para promover esta adaptação;
- iv) inércia do próprio corpo social, incapaz de adequar os sistemas de ensino às necessidades criadas pelo desenvolvimento sócio-econômico de cada país.

Alguns autores, como Castro *et al* (1975), Silveira (1983) e Gaudio (1987), ratificam que há um objetivo, não-declarado, de natureza política no surgimento do PR, atenuando o envolvimento estudantil em movimentos contestatórios, por meio da:

percepção da problemática e dos instrumentos disponíveis ou potenciais para a viabilização plena do país, pode gerar efeitos de adesão mais ou menos incondicionais a idéia-força que convenha ser difundidas (*sic*) e apoiadas num dado momento da vida nacional (CASTRO *et al*, 1975, p. 11).

Após 1964 o governo militar adotou uma política de modernização da sociedade brasileira comprometida com a ideologia de “desenvolvimento e segurança nacional”. Defende-se uma universidade funcional, que formasse recursos humanos para o desenvolvimento do país. As reivindicações da sociedade a respeito da universidade, por sua vez, levam à delimitação da função de extensão, junto ao ensino e à pesquisa por meio da Lei 5.540/68, restando ao PR assumir “efetivamente esse papel quase mágico de estabelecer uma relação mais profícua entre Universidade e Sociedade” apesar dessa relação não se efetivar, já que o PR se desenvolveria independente da universidade (SILVEIRA, 1983, p. 145-146).

No início da década de 1970, é importante observar ainda que o Brasil tinha uma população predominantemente jovem, com mais de 50% das pessoas com menos de 20 anos de idade, e se encontrava num ritmo acelerado de crescimento econômico (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974). Os defensores do PR afirmavam que era necessário encontrar uma fórmula para transformar o que parecia um problema, a falta de espaços participativos, em um potencial de desenvolvimento (ORIENTE, 2004).

Este é o contexto no qual surgiu o PR. Foi concebido a partir de uma síntese das idéias expostas e defendidas por um grupo de professores da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e por instrutores da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no Primeiro Seminário sobre “Educação e Segurança Nacional”, em outubro de 1966. A idéia expressa naquela oportunidade era a de que:

Uma Nação só atingirá sua plena e completa auto-determinação econômica, política e social, na medida em que for capaz de realizar a ocupação de seus espaços geográficos vazios e fazer com que sua juventude participe no processo de integração e equacionamento dos problemas que afligem suas estruturas (CHOERI, 1967 *apud* CASTRO *et al*, 1975).

Da análise desta citação, nota-se a concepção utilitarista inicial dos espaços naturais, considerados como “espaços geográficos vazios”, que deviam ser explorados a fim de proporcionar o desenvolvimento.

No mesmo seminário, Choeri lançou a idéia do que denominava “Universidade Integrada”, ratificando a visão de utilização da universidade como parte de uma estratégia na geopolítica do desenvolvimento. O seu potencial humano seria aproveitado em três etapas: os formandos fariam estágios no interior do país; a universidade atuaria de modo permanente nas regiões subdesenvolvidas e; na terceira fase, haveria a prestação de serviços de recém-formados a órgãos públicos de áreas prioritárias (SILVEIRA, 1983; GAUDIO, 1987).

Choeri concebeu experimentalmente o estágio de alunos, junto ao 5º Batalhão de Engenharia de Construções, com apoio do Ministério do Interior. Ele também foi o responsável pela homenagem ao Marechal Cândido Rondon (1865-1958), nomeando o projeto como PR (MOTTA, 2006). Era mais uma homenagem, ao bandeirante, cuja fama já havia levado à mudança do nome do Território do Guaporé para Território de Rondônia.

A Comissão Rondon, como foi conhecida, correspondia às viagens empreendidas por militares brasileiros do setor de engenharia e construção do Exército, realizadas ao longo de mais de 20 anos, no início do século XX, no sentido da integração do interior do Brasil. As expedições tinham por objetivo realizar trabalhos de instalação e conservação de linhas telegráficas. Elas ficaram marcadas ainda por uma série de contatos com sociedades indígenas, além de estratégicos serviços de demarcação e inspeção das fronteiras brasileiras e de exploração científica do território (SÁ; LIMA, 2006).

2.2 A PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROJETO RONDON (1967 A 1989)

A Operação Zero do PR iniciou-se no dia 11 de junho de 1967, com a participação de 30 estudantes e duração de 30 dias, sob a coordenação do Professor Omir Fontoura, da Universidade do Estado da Guanabara. A equipe realizou trabalhos de pesquisa, assistência médica e levantamento de dados em algumas comunidades. A experiência teve grande repercussão, como pode ser visualizada por meio do espaço que as mídias deram à experiência, exemplificado pelo editorial do jornal *O Globo* (Ilustração 1. In: MOTTA, 2006, p. 21) que incentivava a oficialização do Projeto de forma a aproveitar o potencial de trabalho e humanidade da juventude, auxiliando no desenvolvimento do país:

ANO XLIII — Rio de Janeiro, 4.ª-feira, 9 de agosto de 1967 — N.º 12 655

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe ROBERTO MARINHO Diretor-Tesoureiro HERBERT MOSES
Diretor-Secretário RICARDO MARINHO Diretor-Substituto ROGERIO MARINHO

O Sabor da Grandeza

NARROU "O GLOBO" ontem, em página inteira, a história do encontro informal de trinta jovens universitários brasileiros com a grandeza humana.

DESEJARIAMOS QUE os descrentes no Brasil e nas reservas de sua juventude tomassem conhecimento do gesto antiespetacular dos moços cariocas executores do "Projeto Rondon".

SÃO TODOS ELES estudantes cursando Medicina, Engenharia, Geologia e Geografia. Durante as férias de julho embrenharam-se nas selvas de Rondônia e salvaram vidas, projetaram estradas, pesquisaram o subsolo, realizaram estudos ecológicos.

TOMARAM CONHECIMENTO da abnegação do 5.º Batalhão de Engenharia de Construção — que rasga no momento 503 quilômetros de rodovia em plena selva selvaggia, exercendo, cumulativamente, uma inteligente e firme atuação no campo social, protegendo humildes seringueiros da cupidiz de exploradores e dando às populações desprotegidas toda sorte de apoio disponível.

VIVERAM OS JOVENS o chocante contraste. Sairam do século XX para, depois de poucas horas de voo, mergulharem no Génesis. E o "franco" marcará suas vidas. Alguns só pensam em concluir o curso para voltar. Gostaram de servir. Perceberam que, naquelas selvas, podem dar um sentido novo a suas vidas.

UM DELES CONTRAIU malária, mas já quer voltar. Um outro deparou-se, de repente, com uma menina de um ano e oito meses com as vísceras expostas. Fora acidentada. Agonizava. Numa operação de emergência realizada quase que a canivete, restituiu à vida a pequena Cláudia, habitante de Vila Rondônia.

HÁ TAMBÉM A ASSINALAR as experiências de futuros engenheiros que projetaram uma represa a ser construída em fins deste mês. Estudantes de Geologia fizeram interessantes observações sobre métodos de exploração do minério de estanho da região.

ESSES JOVENS, QUE tiveram "desempenhos excepcionais" segundo o professor que idealizou o "Projeto Rondon", vieram mais uma vez comprovar que a mala impulsionaladora por excelência do desenvolvimento sócio-econômico é o homem. Três dezenas de técnicos puderam, em um mês, realizar alguma coisa de muito importante.

IGUALMENTE DEMONSTRARAM que a juventude brasileira carece, apenas, de correta motivação para realizar grandes e nobres tarefas.

O PODER PÚBLICO, geralmente medíocre na percepção dos problemas e anseios dos jovens (que não os sabem formular), poderia debruçar-se sobre essa experiência e dela extrair todas as consequências. A juventude é o nosso maior capital para a formação de um espírito comunitário fomentador de eficácia operativa. Há que bem utilizar essa usina para modernizar o País.

PUBLICAMOS ANTEONTEM lúcidas declarações de um líder estudantil — presidente do diretório da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — em que são feitas críticas justíssimas ao ensino superior do Brasil. Se o Governo ouvi-las e agir em consequência, terá realizado uma revolução dentro da Revolução: a reforma de que a universidade nacional carece.

AGORA, ESSE "Projeto Rondon" exhibe o rico potencial de humanidade de nossos estudantes. Há ou não há motivo para júbilo? Os fanáticos terroristas que se grudam no movimento estudantil nada conseguirão, pois o estudante brasileiro é aquele que salva vidas em Rondônia e não o embevecido com a guerrilheira retórica de Havana.

DIANTE DO EXITO do "Projeto Rondon", propomos a implantação oficial do sistema. Com o apoio da Força Aérea, de diversos Ministérios e Universidades pode-se dar à mocidade brasileira aquilo de que ela se mostra capaz: responsabilidade. Os moços do Brasil precisam sentir, como esses trinta pioneiros, o sabor da grandeza.

Ilustração 1: Editorial do jornal "O Globo" sobre o PR, 9/08/1967

No ano seguinte, a operação PR-I contou com a participação de 648 jovens. Foi expandido para outras áreas, tais como: educação, apoio administrativo, assessoramento técnico e pesquisas diversas, e a outras localidades, envolvendo regiões do Nordeste, além da Amazônia (MONTEIRO, 1990; ORIENTE, 2004). Em janeiro de 1970, o PR já estava em sua sexta operação (Quadro 1). Ainda estavam em funcionamento três *Campi* Avançados, formato que será explicado posteriormente.

	PR-0 (Jun. 67)	PR-1 (Jan. 68)	PR-2 (Jul. 68)	PR-3 (Jan. 69)	PR-4 (Jul. 69)	PR-5 (Jan. 70)
Número de estudantes	30	648	3500	2474	2500	3454
Número de localidades	1*	420**	80	117	180	216

Quadro 1: Expansão do PR de 1967 até 1970 (MOTTA, 2006, p. 139).

* Mais de uma localidade foi visitada, sendo Porto Velho o ponto de partida do grupo.

** Fonte: Brasil Hoje, Livreto n9. INL-MEC, 1972.

Os primeiros anos do PR são classificados como fase heróica por seus coordenadores. Eles atribuem a possibilidade de sua execução e evolução, dentre outros, ao trabalho de pessoas que tiveram alguma ligação a ele e que, acreditando no mesmo, fizeram uso de suas relações pessoais e profissionais para propiciar a sua realização (MOTTA, 2006). Para Garcia (1980, *apud* SILVEIRA, 1983), a institucionalização do PR se deve à preocupação em difundir o bom comportamento, a solidariedade, a fraternidade, o amor ao trabalho e a necessidade de preparar novos quadros para a realidade socioeconômica vigente. As leis e os decretos regulamentando o PR ocorreram em meio a outras decisões tomadas pelo governo, na área de educação, dentre as quais a delimitação das disciplinas de segundo grau (ensino médio) Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros (SILVEIRA, 1983).

Por meio do Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968, é instituído o “Grupo de Trabalho PR” em caráter permanente, subordinado ao Ministério do Interior. A sua finalidade era “promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional”. Isso é reformulado pelo Decreto n 67.505, de 6 de novembro de 1970, que lhe conferiu autonomia administrativa e financeira. Nesta etapa à finalidade de integração nacional são acrescidas finalidades educativas complementando as atividades de ensino e de caráter desenvolvimentista no campo do mercado de trabalho e mão-de-obra (CASTRO *et al*, 1975).

Em 1971, a Portaria nº 10 CG/BSB de 7 de março, regulamenta o Fundo do PR. Em 1973, a Portaria nº 1.049 de 20 de março, GM/BSB aprova o Regimento Interno do PR. E, em 15 de dezembro de 1975, cria-se a Fundação PR, com intuito de dar mais estrutura e flexibilidade ao PR.

No Decreto nº 77.326, de 1976, o objetivo geral do PR permanece o mesmo: “motivar a juventude estudantil ao engajamento voluntário e participativo no processo de Desenvolvimento da Integração Nacional, da Valorização do Homem, e executar suas atividades de acordo com os programas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social”.

Durante o período em que ocorreu o PR, houve uma série de realizações, dentre as quais: atendimento médico-odontológico, vacinação humana e animal, orientação sanitária e agropecuária, campanhas de fossa, filtro e lixo, clubes de jovens e de mães, exames de fezes e sangue, palestras sobre variados temas, treinamento da administração municipal, levantamento sócio-econômico e de outras áreas como topografia e geologia, análise do solo e água, pequenas construções como cisternas, fossas, praças, quadras de esportes, hortas escolares e caseiras, entre outros (GAUDIO, 1987, p. 68).

A seguir apresenta-se a lista de modalidades de operações-programa que o PR patrocinou (CASTRO *et al*, 1975; CONSELHO FEDERAL DA EDUCAÇÃO, 1979; SILVEIRA, 1983; ORIENTE, 2004):

- Programa de Áreas Prioritárias: base do PR, realizada por equipes interdisciplinares no interior dos Estados. Operações Regionais aconteciam em julho, pois as férias eram mais curtas, e as Nacionais em janeiro e fevereiro. Por dois anos apenas, houve ainda as Operações Estaduais que objetivavam a continuidade das atividades das Operações Nacionais e Regionais.
- Programa de Operações Especiais: decorriam de acordos específicos firmados com órgãos públicos e privados, podendo ocorrer em qualquer época do ano e envolver uma diversidade de atividades. No ano de 1979, era prioridade da coordenação, sendo realizado basicamente nos finais de semana em regiões urbanas.
- Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior: incluía o programa de *Campi Avançados*, extensões da universidade em área diversa da sua com revezamento de equipes de estudantes. Os trabalhos eram considerados

atividades curriculares pelas respectivas universidades. Havia ainda os Seminários de Estudos (com temas selecionados) e as Viagens de Estudos (visando demonstrar a realidade de alguns setores, sobretudo os de caráter científico e tecnológico).

- Programa de Interiorização e Fixação de Mão-de-obra: programa no qual o universitário participa de um *Campus Avançado* ou de uma Operação Nacional e, em seguida, busca se fixar na localidade, voluntariamente. Havia o vínculo salarial ao PR em até 12 meses, período julgado suficiente para ele se fixar posteriormente.
- Estágios Remunerados: os estudantes eram contratados para prestar quatro horas de serviços diários, complementando sua formação acadêmica.

Apenas em dezembro de 1977, foram realizadas 295 Operações, sendo 282 locais e 13 nacionais, com 461 órgãos envolvidos: 360 eram públicos (29 federais, 178 estaduais e 153 municipais) e 19 privados. O número de municípios atendidos por essas operações foi de 2.040, tendo sido mobilizados para isso 60.270 universitários, dos quais 42.807 eram da própria região e 17.463 de outras partes. Das operações, 74 foram na área de pesquisa, 82 de prestações de serviços, 73 no setor educacional e 79 de caráter assistencial (ORIENTE, 2004, p. 172).

Já em 1978 o PR bateu recorde com a participação de quase 160 mil estudantes. A Operação Nacional mobilizou 4.016 estudantes, enquanto a Estadual 2.470 e o Programa de *Campi Avançados* 2.405. Nas Operações Especiais foram 68.295 universitários, no Seminário de Estudos Integrados 56.172 e nas Viagens de Estudo 17.853 (ORIENTE, 2004, p.189). Até o ano de 1979 o PR havia mobilizado cerca de 420 mil universitários e, apenas em 1979, foram mobilizados mais 150 mil estudantes (ORIENTE, 2004, p.189).

O alcance do programa *Campi Avançados* (CA) pode ser notado a seguir (Ilustração 2 e Quadro 2):

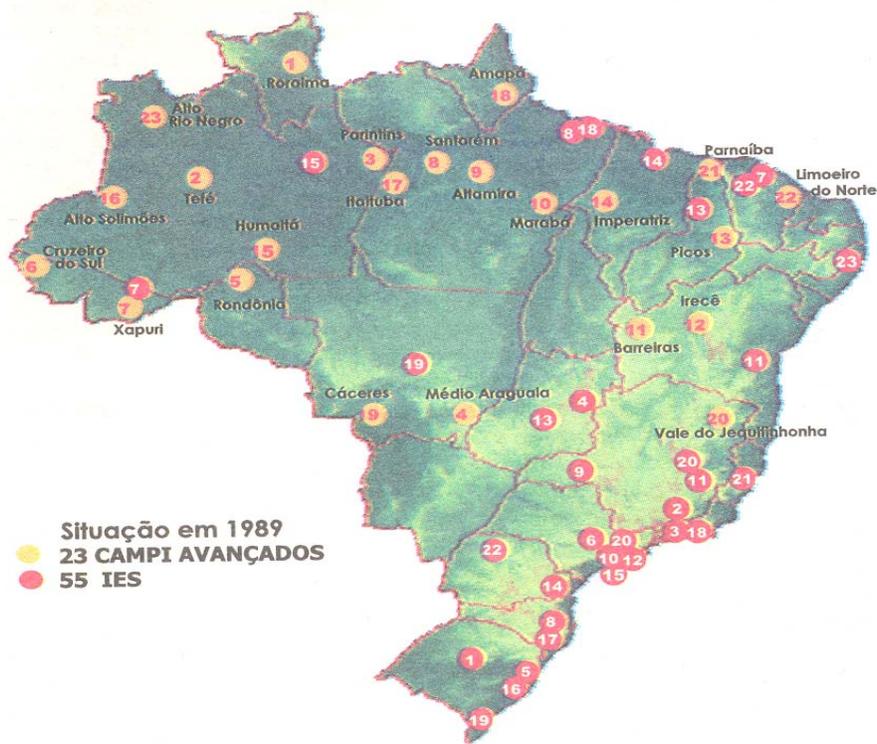


Ilustração 2: Distribuição dos CA e IES participantes em 1989. Fonte: Rondon Notícias, 2007, p.10.

01 - Campus Avançado (CA) de Roraima: Univ. Fed. de Santa Maria/ RS
02 - CA de Tefé: Univ. Fed. de Juiz de Fora
03 - CA de Parintins: Univ. do Est. da Guanabara/ RJ
04 - CA do Médio Araguaia: Fund. Univ. de Brasília
05 - CA de Rondônia: Univ. Fed. do RS
06 - CA de Cruzeiro do Sul: Univ. Est. de Campinas; Pontifícia Univ. Católica de Campinas; Fund. Padre Anchieta de Jundiá; Instituto Nacional Piracicabano.
07 - CA de Rio Branco (deslocado para Xapuri): Fund. Univ. Fed. do AC; Univ. Fed. do CE
08 - CA de Santarém: Univ. Fed. de Santa Catarina; Fac. de Ciências Agrárias do Pará
09 - CA de Altamira: Univ. Fed. de Viçosa; Fac. Integradas de Uberaba; Fac. de Medicina do Triângulo Mineiro; Fac. de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro
10 - CA de Marabá: Univ. de São Paulo
11 - CA de Barreiras: Univ. Fed. da Bahia; Univ. Fed. de Minas Gerais
12- CA de Irecê: Univ. Mackenzie; Esc. Sup. de Agric. Luiz de Queiroz/USP, Fund. Esc. de Sociol. e Política de SP; Assoc. de Ens. João Ramalho; Organiz. Santamarense de Educ. e Cultura; Fac. Metropolitanas Unidas
13 - CA de Picos: Univ. Fed. de GO; Fund. Univ. Fed. do PI; Fac. de Odontol. João Prudente de Anápolis/ GO
14 - CA de Imperatriz: Univ. Fed. do Paraná; Univ. Fed. do Maranhão
15 - CA de Humaitá: Univ. Est. Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Fac. de Educação de Avaré; Fund. Educacional de Bauru; Fund. Univ. do AM
16 - CA do Alto Solimões: Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul
17 - CA de Itaituba: Univ. para o Desenvolvimento de SC; Fund. Educacional da Região de Blumenau; Fund. Educacional do Sul de SC; Fund. das Escolas Unidas Planalto Catarinense
18 – CA do Amapá: Univ. Fed. Rural do RJ; Centro de Estudos Sup. do Pará; Fac. Est. de Medicina do PA
19 - CA de Cáceres: Univ. Fed. de Pelotas; Univ. Católica de Pelotas; Fund. Univ. Fed. do MT
20 - CA do Vale do Jequitinhonha; Univ. Catól. de MG; Esc. Sup. de Agric. de Lavras; Esc. Sup. do ABC Paulista
21 - Campus Avançado de Parnaíba: Univ. Fed. do Espírito Santo
22 - CA de Limoeiro do Norte: Univ. Est. de Londrina; Univ. Est. do CE
23 - CA do Alto Rio Negro: Univ. Fed. de PE; Univ. Fed. Rural de PE

Quadro 2: Listagem dos CA do PR. Fonte: adaptado de MOTTA, 2006, p. 261 e RONDON NOTÍCIAS, 2007, p. 11

Em 1979, houve ainda o Programa de Ação Comunitária, no qual se pretendia que estudantes e população construíssem o objeto de ação, com recursos existentes nas comunidades ou na sociedade em sua volta. Gaudio (1987) o interpreta como atualização do PR no tempo, em sintonia com os movimentos sociais que emergiam e com a redução nos recursos financeiros. Desta maneira, o PR ia conseguindo manter o grande número de participantes, já que os custos deste programa eram menores do que aqueles que pressupunham o deslocamento dos estudantes em grandes distâncias.

Já no período da Nova República, foram definidos programas por áreas específicas e, ainda segundo Gaudio (1987), escancara-se no discurso o papel do PR como agente auxiliar nos programas sociais do governo. Neste período, o logotipo e o slogan do PR são modificados. O slogan “integrar para não entregar” foi substituído por “participação e desenvolvimento”.

O envolvimento dos universitários se dava por um voluntariado, a partir da divulgação da abertura de inscrições e um bom desempenho nos treinamentos realizados para a participação no PR. Procurava-se formar equipes de acordo com as necessidades das comunidades. Havia participação dos estudantes na coordenação dos projetos, que era realizada de forma descentralizada e com pequeno número de técnicos, muitas vezes ex-rondonistas (MOTTA, 2006).

Os motivos que levam à participação dos jovens são, por um lado, marcados por boas intenções: “podem ser nobres sentimentos e idealismo” (VITAL, 1974) ou, por outro lado, podem ser a busca de uma aventura de férias, ou uma conjunção dos dois nas mais diversas gradações. Castro *et al* (1975, p. 86), a respeito do componente de turismo, comentam que não se preocupam com esta “motivação inicial do participante, mas sim com a necessidade de que haja um mecanismo operacional que possa transformar a sua permanência no PR em mais do que turismo gratuito”. Outros vão mais além, acreditando que os jovens “perceberam que, naquelas selvas, podem dar um sentido novo a suas vidas”, conforme trecho do editorial do jornal O Globo, reproduzido na página 26.

Em relação à estrutura de gestão do PR, na Fundação PR havia uma coordenação geral, que realizava o planejamento estratégico; as coordenações estaduais, que realizavam o planejamento tático, executando as ações, com o apoio das coordenações de área ou escritórios de campo, por sua vez localizados em municípios com significativa população de jovens. Havia ainda os Conselho Diretor e Curador. Implantou-se uma rede administrativa ágil e pragmática, na base da improvisação e do engajamento em torno da

causa de integração geopolítica nacional, mediante a mobilização da força estudantil, no trabalho com os pobres do interior. “Era um processo coerente com o tipo de administração carismática, onde predominava a ‘mística rondonista’, garantindo o entusiasmo e a obediência dos servidores” (GAUDIO, 1987, p.76).

As primeiras críticas ao PR surgiram dez anos após seu surgimento e completa oficialização, conforme relata Silveira (1983). Por volta de 1977, o vínculo com o Ministério do Interior é questionado por grupos que defendiam uma maior aproximação com o MEC, e questionam o reforço das operações especiais, no meio urbano, por defenderem o trabalho com comunidades carentes do interior. Por outro lado, esses mesmos grupos discordam do processo de burocratização do PR, considerado um dos bloqueios para desenvolvimento das atividades, impedindo o aproveitamento das críticas e sugestões. A esse respeito, as autoridades responderam que a burocratização foi uma realidade imposta pelo crescimento da quantidade de universitários.

A abordagem do PR baseada na superioridade de áreas desenvolvidas sobre áreas carentes, por meio da implantação de modelos, foi motivo de críticas conforme expõe Gaudio (1987). Ela observa a permanência de conceitos colonialistas, encarando o jovem universitário como portador da cultura e do conhecimento dos grandes centros urbanos.

A crítica mais freqüente ao PR, no entanto, é sua caracterização como um PR assistencialista. Em resposta a isto, os ex-coordenadores do PR defendem a experiência dos CA, como uma evolução do PR que permitiria ações mais duradouras pelo envolvimento da Universidade (MOTTA, 2006). Dessa forma, cada universidade foi encarregada, em parte, de possibilitar a transformação da região do seu CA em pólo de desenvolvimento, esperando-se com isso melhor adequação do ensino à realidade (SILVEIRA, 1983). Entretanto, os CA também não escaparam de críticas, como será visto posteriormente.

É relevante o papel que teve no fortalecimento da extensão universitária, apesar de ter sido uma estrutura paralela à universidade (GAUDIO, 1987). Somado ao CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, programa semelhante ao Campus Avançado, em localidade próxima das universidades), tais programas constituíram os paradigmas da extensão no país (MONTEIRO, 1990; RODRIGUES, 2003; SOUZA, 2005). Assim, “a universidade conseguiu ensaiar algumas idéias sobre a necessidade de sua inserção na comunidade e sobre a problemática do desenvolvimento” (DEMO, 1982 *apud* REIS, 1988, p. 24) e, ainda, “embora não fosse objetivo central, a

prática de campo impôs a preocupação com métodos de trabalhos em comunidades” (GAUDIO, 1987, p. 11).

O caráter apertado é destacado por diversas pessoas que atuaram no PR, como um mérito no trabalho, pois possibilitava a contribuição de todos. Ao serem questionados quanto a uma doutrinação ou intervenção militar, são categóricos em negá-la e afirmar a liberdade que tinham de agir e se expressar, e, portanto, de atuar politicamente.

Omair Fontoura, por exemplo, confirma a afirmação por meio da ida de alunos com “ficha no DOPS”, Departamento de Ordem Política e Social, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime da ditadura. Outro exemplo é o ciclo de seminários denominado “A Função Social do Estado”, que gerou muitos relatórios dos órgãos de informações para o SNI (Serviço Nacional de Informações). No entanto, como conta Conceição Aparecida Tavares Bongiovanni, coordenadora estadual do PR em São Paulo, o pessoal do PR não foi perturbado por isso (MOTTA, 2006).

A crítica de Monteiro (1990), entretanto vai muito além. Para ela, os trabalhos desenvolvidos pelos rondonistas desarticularam as comunidades, desviando-lhes a atenção dos fatores que determinam e explicam a sua marginalização, ratificando o caráter assistencialista das ações. Houve ainda o desvio da atenção dos estudantes universitários dos problemas de sua região, atraindo-a para regiões mais distantes, isoladas e carentes, canalizando as suas energias para trabalhos imediatistas. Assim, os rondonistas tinham uma sensação de terem colaborado com a sua parcela para minorar o sofrimento de seu semelhante, o que Monteiro (1990) considera um efeito alienador, que se basta politicamente. A autora argumenta ainda que o resultado era uma população ‘eternamente grata’, conforme demonstraram os resultados de sua pesquisa, realizados na cidade que recebeu o Campus Avançado da Unicamp, em Cruzeiro do Sul/AC. Era um referendo à ideologia das classes opressoras e representaria “a mão paternalista do estado chegando àquela longínqua e carente região”. Critica a falta de compromisso político nos trabalhos, que deveria ser um compromisso nos trabalhos da universidade, pois esta é sustentada pela sociedade, quando pública.

O PR se insere no contexto de políticas públicas que tratam a temática do desenvolvimento. A palavra desenvolvimento inclusive é reiteradamente utilizada na descrição do PR. Isso pode ser exemplificado por meio da fala do Ministro Costa Cavalcanti, em janeiro de 1974, sobre a “importante contribuição dos universitários para o desenvolvimento do país” (ORIENTE, 2004, p. 75). Conforme Silveira (1983), entretanto,

o desenvolvimento é um princípio assumido em nível de discurso, mas não da realidade. Para se ter um compromisso político que possibilitasse alguma modificação na situação das localidades, seria necessário um conhecimento dos processos que proporcionam o desenvolvimento das localidades.

O paradigma vigente de desenvolvimento, naquela época, era de um crescimento econômico linear e infinito, baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, percebidos como infinitos (BECKER, 2005). Não incorporava, portanto outras dimensões, como a social e ambiental, hoje vistas como fundamentais pelas abordagens que tratam o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, uma política de desenvolvimento local é um processo que vai além do escopo das universidades e dos universitários. Motta (2006) argumenta que o PR deveria ser entendido, portanto, como uma tentativa de auxílio, um laboratório de práticas, como relata Mauro de Costa Rodrigues, primeiro Coordenador Geral do PR e membro da Associação Nacional de Rondonistas (MOTTA, 2006, p. 153):

Como todo movimento de jovens, e eles na verdade é que conduziam o processo, boa parte das coisas eram improvisadas e quase temerárias (sic). E tínhamos consciência da necessidade de que assim fosse. Sem esse risco calculado não se teria construído um movimento com a grandeza do PR (...). Mas não éramos alienados, não estávamos alheios ao presente. Tudo aquilo nos angustiava e deixava inconformados (sic), num sofrimento solidário e silencioso.

Gaudio (1987, p. 5) prefere caracterizar o PR como uma proposta modernizante-conservadora. Modernizante porque era uma experiência inovadora e “tinha vitalidade e força capazes de interessar estudantes não-engajados em qualquer tipo de militância política porventura sobrevivente à ação repressiva do poder”. Conservadora porque atuava no sentido de manter o “*status quo*”, retirando os jovens dos centros urbanos com as suas problemáticas características, sob pretexto de mostrar-lhes a realidade nacional.

As modificações proporcionadas pelo PR se dão mais em nível pessoal dos estudantes universitários, o que é confirmado por relato de ex-rondonistas, apresentado na pesquisa de Monteiro (1990), bem como por diferentes pessoas que trabalharam durante anos no PR. Eles apontam uma sensibilização dos estudantes, uma diferença na maneira de encarar o mundo e o Brasil, uma mudança comportamental, advinda de uma

mentalidade mais reflexiva. Além disso, há o destaque para o estímulo à criatividade dos jovens, e mudanças nos rumos profissionais de alguns participantes (MOTTA, 2006).

Gaudio (1987) enumera ainda, como resultado da participação no PR, a oportunidade da aventura das viagens, a gratificação do trabalho com comunidades e alargamento do horizonte cultural, com o desenvolvimento de habilidades no trabalho em equipe.

Silveira (1983) considera que:

(...) todas as discussões do PR, em torno dos seus resultados, não passam de insistentes ensaios ou tentativas de mudança, que, rapidamente, se atrofiam rendendo-se ao seu comprometimento maior com a sociedade política. Por esse motivo o PR se aliena da dinâmica da Universidade, e passa a ignorar o papel do universitário como agente libertador, para fazer dele o responsável por uma ação social-educativa, essencialmente modernizadora (SILVEIRA, 1983, p. 143).

Em relação, especificamente, ao aprendizado indireto advindo da participação no PR, este também não passou ileso de críticas. Gaudio (1987, p. 71) o caracteriza como “um verdadeiro achado de linguagem que aparece para evitar, de forma tangencial, a pronta crítica da universidade”. Para ela, sob essa expressão tão imprecisa quanto inerente a todo e qualquer ato humano, o PR se resguardava de eventuais “prestações de contas”.

A redução do PR a uma marca do período militar é uma das razões apontadas para a sua extinção, pela lei 7732, em 1989. Para Myriam Levy Cardoso Moreira ocorreu um esvaziamento a partir de 1985, com o término dos governos militares. Ele foi se desestruturando, os seus cargos passaram a advir de nomeações políticas e o PR passou a ser utilizado politicamente (MOTTA, 2006).

Na Nova República, o governo defrontava-se com uma inflação violenta, de quase 80% ao mês, que o levou a eliminar cerca de 45 órgãos, no qual se incluía a Fundação PR. Entretanto, os seus defensores argumentam que a sua extinção foi uma medida política, tomada sem avaliação, sem considerar as possibilidades de aperfeiçoá-lo, de modernizá-lo, de corrigir desvios e de ajustá-lo a programas e objetivos do novo governo. Para Bongiovanni:

foi uma atitude de total insensibilidade, não diria revanchismo ou por questões ideológicas; creio que foi por absoluta incompetência. Faltou

aos que detinham poder naquela época, capacidade de apreciar, com lucidez, o tema sob os seus diversos ângulos (MOTTA, 2006, p. 337).

Ela soma a falta de ligação do PR com a classe política (motivo de orgulho para eles, como já apontado) de ter sido falha neste momento, por não ter interlocutores que o defendessem.

O PR sofreu com as incertezas e indefinições do fim do período militar. Monteiro (1990) explicita isto com a demora na escolha de seu novo dirigente e com dúvidas que existiam sobre sua continuidade. Tudo isto provocou a redução dos trabalhos e a paralisação de algumas atividades, pela falta de recursos, como já apontado, apesar de algumas tentativas de seu readequamento terem sido efetivadas. Por outro lado, Gaudio (1987) especula que possa ter havido um erro de perspectiva histórica, pela equipe do PR, ao avaliar que era viável o avanço do PR no contexto da Nova República, devido à expectativa nacional de alteração do “estado de coisas anterior”.

Apesar das críticas, o PR envolveu um grande número de localidades e pessoas. Até 1984, cerca de 1,1 milhões de jovens universitários e estudantes do ensino médio (GAUDIO, 1987).

É interessante notar também que os estudos de Silveira (1983), Gaudio (1987) e Monteiro (1990), que apresentaram críticas aprofundadas a respeito do PR, convergem no desejo de que ele continuasse, cada um levantando as suas propostas e ressalvas.

Em relação à abordagem dos recursos naturais na primeira edição do PR, alguns elementos podem ser levantados. As especulações quanto à internacionalização da Amazônia são apontadas como uma das várias razões para a criação e desenvolvimento do PR. Tratava-se de uma área pouco conhecida e explorada e por isso o governo instalou estrategicamente 14 dos 23 *Campi* Avançados na região (MOTTA, 2006). O propósito de incorporar a Amazônia e suas riquezas, pela política nacional do governo da época, também podem ser visualizados por meio da construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Para Albuquerque (1981, *apud* GAUDIO, 1987), tais empreendimentos cumpriam funções de impor uma imagem de dinamismo e capacidade realizadora governamental.

Na Operação Zero do PR, em 1967, o lema adotado foi “A Selva não é nossa inimiga”. Ele foi copiado pelo Professor Wilson Choeri, idealizador do PR, do lema dos Batalhões de Selva do Exército (MOTTA, 2006). Dentre às atividades desempenhadas nesta operação, houve a participação dos estudantes de engenharia nos trabalhos de

desmatamento ligados à construção da BR-164, Brasília/Cuiabá/Porto-Velho (VITAL, 1974). A percepção positiva sobre o desmatamento está presente em grande parte do período em que ocorreu o PR. Na 13ª Operação Nacional, em 1974, Oriente (2004, p. 92) conta que o PR levou 100 estudantes à região Amazônica, sendo que “até aquele mês de julho de 1974, ninguém havia ultrapassado a BR-319, num rasgo da Floresta Amazônica, que se revelou ‘um espetáculo deslumbrante’, segundo o redator de Leia¹”. Oriente (2004, p. 55) ilustra o pensamento vigente com fala do Coronel Alexandre Amêndola, coordenador da equipe do primeiro *Campus* Avançado de Roraima, que abrigava estudantes da Universidade Federal de Santa Maria: “Quando aqui chegamos, em 1969, não existia nada; tudo isso que se vê agora era planície deserta, ladeada por extensa floresta”. Nota-se, desta forma, que o ambiente natural não era valorizado, sendo percebido como algo a ser subjugado. O PR estava dentro do paradigma de domínio do homem sobre a natureza, no qual a economia é a única dimensão do desenvolvimento.

Essa foi, inclusive, a posição brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972. O governo brasileiro adotou uma postura de preocupações secundárias em relação à natureza, argumentando que o problema ambiental fora inventado pelas grandes potências para conter a expansão do parque industrial dos países em desenvolvimento.

Em relação aos objetivos de integração nacional, aos quais o PR é bastante vinculado, a sua origem se dá desde a experiência inicial do PR, na qual os universitários voltaram com o slogan “integrar para não entregar”, inspirados numa frase do Capitão Lauro Bastos Filho, sobre a ação do 5º BEC: “O Batalhão está trabalhando dia e noite para integrar a região amazônica e não entregá-la à cobiça, à miséria e ao pauperismo” (MONTEIRO, 1990; ORIENTE, 2004; MOTTA, 2006). O slogan veio a se tornar o símbolo do PR, sendo estampada no logotipo do PR, nas camisas dos rondonistas.

A idéia da integração nacional é assimilada pelo PR, como se pode notar por intermédio de falas diversas. Assim pronuncia Alexandre Tanure, integrante da PRO-XII, maior Operação do PR, com a participação de 1.773 municípios, de acordo com Oriente (2004, p. 70): “professores não existem, e nunca deram uma aula àquela gente infeliz. A falta de estradas é uma das causas da pobreza de espírito daquele povo.” Ele pede ao Governo Federal que “acelere mais a conquista da Amazônia, onde (*os habitantes*) vivem

¹ **Leia.** Boletim Informativo, edição especial, retrospectiva 1974-1975. Assessoria de Comunicação Social da Fundação Projeto Rondon, Brasília- DF

divorciados de seu próprio Brasil, pela ignorância e onde as notícias chegam com 20 dias a um mês de atraso”.

Apesar da distância em relação a um discurso de preservação ambiental ou utilização sustentável dos recursos, respeitando-se a diversidade de modos de vidas das populações, o período de realização do PR coincide com mudanças no tratamento da questão ambiental. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, exemplifica isso, e em 1973 é criado no Brasil a primeira agência ambiental federal, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA).

Oriente (2004, p. 131) procura desvincular uma imagem pejorativa quanto à abordagem ambiental dada pela primeira edição do PR que, de fato, avançou ao passar dos anos, apesar de se restringir sobretudo a campanhas. Assim, a autora afirma que nas Operações Especiais, foram realizadas pesquisas e orientação sobre preservação da natureza (fauna e flora), poluição ambiental (conhecimento e controle), paisagismo e debates. “A ecologia foi muito despertada, apesar de haver ainda muita ignorância, displicência e mesmo descuido, com relação aos fatos”.

É o caso da “Operação Especial de Pesquisa do Meio Ambiente”, realizada na capital de São Paulo, em 1978. Foi um levantamento geral das instituições, recursos humanos, legislação e programação de educação ambiental existentes. Neste mesmo ano foi feita ainda uma proposta de convênio com a SEMA, para a realização de Seminários de Estudo Integrado sobre Ecologia (ORIENTE, 2004).

Em 1979, o PR estabelece um convênio com o IBDF, realizando um trabalho no Estado do Pará de cadastramento de inúmeras indústrias madeireiras. Já em Minas Gerais, foi realizado um trabalho de “Preservação do Equilíbrio Ecológico”. Em setembro desse ano, na semana do meio ambiente, dentro das operações especiais, foram mobilizados 18 mil universitários para atividades de educação ambiental. Outro exemplo de atividade com vinculação ambiental neste ano é o PR que visou a instalação de sistemas de biodigestores compatíveis com a realidade socioeconômica de regiões escolhidas (ORIENTE, 2004).

Desta forma, e a partir de então, durante a década de 1980, o PR passa a ter projetos com algum tratamento na área ambiental.

2.3 O PROJETO RONDON NA SUA SEGUNDA EDIÇÃO (A PARTIR DE 2005)

Em relação à origem do retomada do PR, nota-se uma grande motivação política, já que se deu a partir da solicitação da União Nacional dos Estudantes (UNE), ao presidente Lula, no final de 2003. A respeito das razões que levaram a UNE a pedir a retomada do PR, Estanislau Monteiro de Oliveira, Conselheiro da Associação Nacional dos Rondonistas (ANR), expõe que, devido à falta de condições de reativar as operações nacionais, eles procuraram o Governo Federal em 2003 e, com o apoio do Presidente da UNE, Gustavo Petta, conseguiram reativá-lo (ALERTA, 2005). Alguns meios de comunicação apontam a tentativa do movimento estudantil de recuperar uma imagem perdida em muitos setores da sociedade (NOSSA, 2005).

Nos discursos da UNE, observa-se uma vinculação do PR com a idéia de proteção e soberania sobre a Amazônia, a despeito de sua execução em diversas regiões do país.

O PR é outra ferramenta para garantir o desenvolvimento, a proteção e a integração da Amazônia (...) realizam análises e produzem relatórios para subsidiar a adoção de políticas públicas no intuito de melhorar a vida dos moradores das regiões atendidas pelo PR. Desde então, por meio do PR, a UNE também vem recolhendo informações sobre ações ilegais na região amazônica. A proposta da entidade é elaborar um documento a ser apresentado à sociedade brasileira, a fim de conscientizar a população sobre a importância de defender a região (UNE, 2006, p. 2).

Há a permanência do imaginário desenvolvimentista, tal como pode ser visto por meio do logotipo atual. Abaixo do título PR há os dizeres “Desenvolvimento para Todos”. Entretanto, como já discutido, o PR lida indireta e incipientemente com as questões do desenvolvimento, processo que está ligado a uma diversidade de fatores e à inter-relação entre eles.

O anexo do Decreto 10.424 que criou o Comitê de Orientação e Supervisão (COS) para nortear as ações do PR, de 14 de janeiro de 2005, define as diretrizes básicas para a execução das ações do PR. Há nove itens, dentre os quais quatro estão voltados à governança das comunidades, por meio de uma abordagem democratizante e participativa dos universitários. A dimensão ambiental está implícita no ideal de desenvolvimento sustentável, explícito na segunda diretriz, conforme segue:

- i) viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania;
- ii) contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias;
- iii) estimular a busca de soluções para os problemas sociais da população, formulando políticas públicas locais, participativas e emancipadoras;
- iv) assegurar a participação da população na formulação e no controle das ações.

Apesar dos itens anteriores pressuporem o estudante como desencadeador dos processos, o que lhes proporciona um aprendizado, apenas um item se dirige explicitamente a benefícios para os universitários:

- v) contribuir na formação acadêmica do estudante, proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira, o incentivo à sua responsabilidade social e o patriotismo.

Outros quatro itens se referem a aspectos logísticos e de adequação do PR a outras orientações governamentais:

- vi) manter articulações com as ações de órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, em seus diferentes níveis, evitando a pulverização de recursos financeiros e a dispersão de esforços em ações paralelas ou conflitantes;
- vii) priorizar áreas que apresentem maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional, que necessitem de maior aporte de bens e serviços;
- viii) democratizar o acesso às informações sobre benefícios, serviços, programas e projetos, bem como recursos oferecidos pelo poder público e iniciativa privada e seus critérios de concessão;
- ix) Buscar garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

A primeira operação, realizada em Tabatinga/ AM, em janeiro de 2005, caracterizou-se pelo diagnóstico de problemas e necessidades de 10 cidades. O edital para a operação apresentou como objetivos seis itens, metade dos quais relacionados ao auxílio ao desenvolvimento dos municípios, dois relacionadas ao universitário (conhecimento da diversidade brasileira e o despertar de sentimentos de responsabilidade social) e, por fim, uma relacionada ao intercâmbio das universidades, governos locais e comunidades (DEFESA, 2008).

De 8 a 22 de outubro de 2005 realizou-se uma Operação Especial, a Operação Acre. Ela teve um bloco de quatro ações; duas relacionadas a dimensões políticas: recursos humanos da prefeitura e conselhos municipais; uma direcionada à realização de campanhas sociais; e outra relacionada à elaboração técnica de projetos de aterros sanitários e disposição de resíduos sólidos (DEFESA, 2008).

A partir de 2006 as operações seguem com dois conjuntos de ações norteadores dos trabalhos, com um prazo de realização de cerca de 15 dias. As ações do primeiro conjunto (cidadania e bem-estar), enfocam a dimensão social e política, sendo que a dimensão ambiental é implícita para o desenvolvimento de algumas das ações. No segundo conjunto de ações (desenvolvimento local sustentável e gestão pública), além da permanência do enfoque social e político, aparecem as dimensões econômica e ambiental, sobretudo relacionadas às ações classificadas como desenvolvimento local sustentável, como será visto adiante (DEFESA, 2008).

Em linhas gerais as diretrizes para as ações não apresentam grandes modificações até o ano de 2008, sendo compostas por quatro ações designadas a seguir, de acordo com o que for considerado mais adequado pra cada operação. Dentro de cidadania incluem-se (DEFESA, 2008):

- a) capacitar educadores do ensino fundamental sobre a prática de leitura, a produção de textos e o atendimento a portadores de necessidades educativas especiais;
- b) instalar ou dinamizar os conselhos municipais de educação, de saúde, tutelar, da criança e do meio ambiente;
- c) capacitar educadores do ensino fundamental e médio sobre técnicas de ensino e aprendizagem, motivação, relacionamento interpessoal, educação inclusiva e distúrbios de aprendizagem;

- d) capacitar organizações da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania; e/ou
- e) disseminar as orientações para obtenção do registro civil.

São ações pertencentes ao agrupamento denominado Bem-estar (DEFESA, 2008):

- a) capacitar agentes de saúde em saúde de família, saúde ambiental e doenças endêmicas locais, acolhimento e humanização do atendimento em saúde;
- b) capacitar multiplicadores em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, na prevenção da prostituição infantil e na prevenção do uso do álcool e drogas e na prevenção da violência contra mulheres, adolescentes e crianças;
- c) capacitar multiplicadores em ações de incentivo ao esporte e lazer;
- d) organizar a implantação de atividades comunitárias solidárias; e/ou
- e) capacitar multiplicadores em nutrição, com incentivo no uso de alimentos regionais.

No segundo conjunto de ações incluem-se em Desenvolvimento local sustentável (DEFESA, 2008):

- a) incentivar o cooperativismo e o associativismo para a geração de renda;
- b) capacitar produtores locais;
- c) disseminar soluções auto-sustentáveis - tecnologias sociais - que melhorem a qualidade de vida das comunidades; e
- d) capacitar mão-de-obra ligada ao comércio de bens e serviços; e/ou
- e) promover ações que desenvolvam o potencial turístico local.

Já em Gestão pública estão (DEFESA, 2008):

- a) capacitar servidores municipais em gestão pública e em gestão de projetos;

- b) capacitar servidores municipais na elaboração e gestão do Plano Diretor do município;
- c) elaborar propostas ou projetos para atender a infra-estrutura municipal, em particular nas áreas de saneamento básico e meio ambiente;
- d) capacitar gestores municipais e a comunidade na implantação de ações de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social;
- e) orientar os servidores públicos, vereadores e lideranças comunitárias sobre os benefícios, serviços, programas, projetos na área ambiental; e/ou
- f) aperfeiçoar servidores municipais em assuntos de informática.

Em 2006 foram realizadas quatro operações: Amazônia e Minas Gerais no início do ano e Vale do Ribeira e Acre em julho. Em 2007 houve seis operações abertas a estudantes de todo o país, quatro delas realizadas no início do ano: Rio Grande do Sul, Nordeste, Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, e a Operação Inverno e Centenário nas férias de julho. Destas a Operação Amazônia Ocidental e a Inverno destinavam-se ao retorno em alguns locais em que já houvera o PR.

Em 2008 houve as Operações Grão-Pará, Operação Verão e Operação Rio Grande do Sul, sendo que estas duas últimas se caracterizam também como retornos. Já em julho de 2008 realizaram-se as operações Vale do Ribeira, Norte de Minas e Xingu, além do retorno em algumas localidades pela Operação Inverno (DEFESA, 2008).

No início do ano de 2009 ocorreram as Operações Centro-Norte, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima, e a Operação Verão 2009, um retorno aos municípios onde o PR atuou em julho de 2008, nas Operações Xingu, Norte de Minas e Vale do Ribeira. A previsão é de participação de 1.200 rondonistas (alunos e professores). Para o mês de julho foram anunciadas, até o momento, a Operação Nordeste-Sul, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul e a Operação Centro-Norte/Retorno, retorno das IES aos municípios integrantes da operação Centro-Norte, realizada em janeiro e fevereiro de 2009, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima (DEFESA, 2009).

A reedição do PR tem apresentado uma tendência de estabilização do número de participantes em cerca de 2.000 pessoas por ano (Quadro 3). Isso foi confirmado pelo Coronel José Paulo da Cunha Victorio, gerente de planejamento do PR. Explica-se pela capacidade máxima da estrutura disponibilizada pela coordenação em 2008.

	Número de Rondonistas	Número de Municípios
2005	312	19
2006	1377	91
2007	1933	128
2008	2002	146
2009 (jan/fev)	976	63
Total:	6600	447

Quadro 3: Números de Participantes e Municípios envolvidos no PR de 2005 ao início de 2009

Fonte: Ministério da Defesa, Coordenação Geral do PR, janeiro/2009

Entretanto, o governo do presidente Lula, por meio do Ministro da Defesa Nelson Jobim, anunciou, na abertura das operações do PR, em janeiro de 2009, que pretende aumentar de 2.000 para 3.000 o número anual de estudantes participantes.

Nota-se que há uma tendência do perfil feminino em participar do PR, 58,3% são mulheres, de acordo com os dados da Coordenação do PR do Ministério da Defesa, entre 2005 e 2008. Em relação à procedência dos rondonistas, destacam-se os provenientes das regiões Sudeste (Gráfico 1), que abriga o maior contingente populacional universitário do país. Já em relação à idade, observa-se uma incidência maior dos participantes com idade entre 20 e 24 anos (Gráfico 2), faixa etária que se destaca no público universitário. Nas áreas do conhecimento dos participantes, por sua vez, destacam-se as ciências médicas e da saúde, bem como as ciências sociais aplicadas (Gráfico 3) que reúnem cursos como administração, direito, economia, serviço social, turismo, comunicação, entre outros, profissões cujo enfoque é o trabalho junto à população.

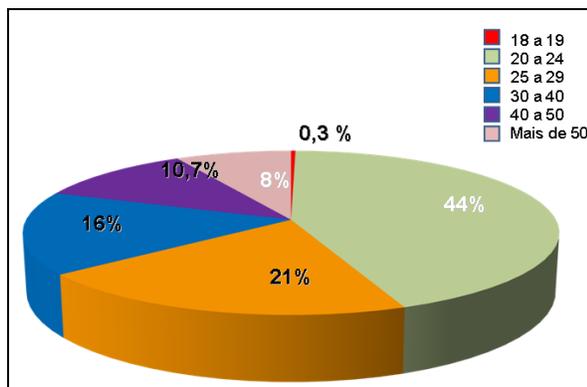
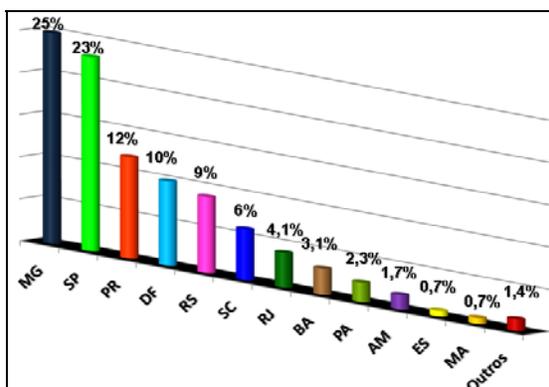


Gráfico 1: Procedência estadual dos rondonistas (2005-2008)

Gráfico 2: Idade dos rondonistas (2005-2008)

Fonte: Ministério da Defesa, Coordenação Geral do PR, janeiro/2009

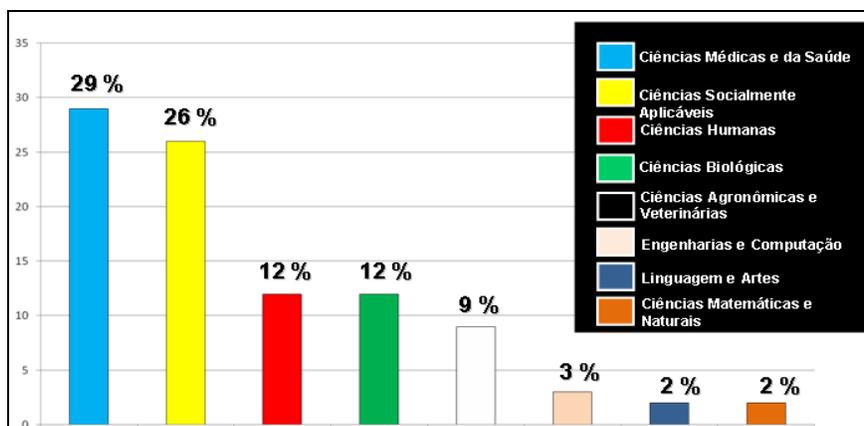


Gráfico 3: Área de Conhecimento dos rondonistas (2005-2008)

Fonte: Coordenação do PR, Ministério da Defesa, janeiro/2009

Na reedição do PR a seleção e preparação dos alunos passaram a ser de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Foi adotado, como requisito para inscrição dos estudantes no PR, estarem cursando os últimos períodos (ano ou semestres) do curso de graduação, exigência feita também na edição anterior do PR. Passou-se também a recomendar que o plano de trabalho formulado pelas IES não incluía ações assistencialistas e que as ações sejam focadas em multiplicadores, ou seja, pessoas-chaves na localidade. Desta forma, a reedição do PR tenta se eliminar da principal crítica à primeira edição do PR, o caráter assistencialista.

Por fim, cabe destacar o requisito, a partir das operações de julho de 2007, de uma viagem precursora dos professores responsáveis às localidades em que atuarão. Trata-se de um requisito sugerido pelos participantes, segundo o coordenador Coronel José Paulo da Cunha Victorio.

Evidencia-se a tentativa de dar continuidade aos trabalhos, por meio do retorno do PR a algumas cidades. As mudanças são incipientes e experimentais, caso da Operação Rio Grande do Sul 2008, que firma uma parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Fundação Universidade Rio Grande (FURG) para a realização do PR no mês de fevereiro de 2008. Por meio da parceria, estas IES se comprometem a enviar equipes de professores e alunos para continuar os trabalhos nos municípios de março a junho de 2008.

Na pesquisa realizada por Faria (2006) sobre a perspectiva dos participantes do PR das universidades do DF, realizada na Amazônia, em 2006, verifica-se que os resultados efetivos não corresponderam às expectativas dos participantes. Outras expectativas, entretanto, como a oportunidade de conhecimento da realidade da Amazônia e o estímulo à cidadania, foram atingidas.

As dificuldades na realização do PR, levantados por Faria (2006), incluem a falta de informação das comunidades sobre o PR, a resistência de autoridades municipais (como secretários de finanças e vice-prefeitos) a algumas propostas, vinculadas a dificuldades financeiras dos municípios para dar apoio aos trabalhos dos rondonistas. Em relação ao papel dos estudantes no PR, o autor coloca que foi de passar conhecimentos, trocar informações com outras equipes, ensinar e aprender. O papel dos professores coordenadores, na prática, foi de articulação com os militares, com as prefeituras, com os alunos, com as autoridades locais e os parceiros do PR, mas também aprenderam e trocaram experiências. Já o papel da universidade é de levar conhecimento acadêmico a regiões onde isso não costuma ocorrer e de oferecer um PR de extensão importante ao corpo docente e discente.

Outro aspecto investigado por Faria (2006, p. 27) foi a “visão da comunidade acadêmica sobre as Forças Armadas”. Os entrevistados se disseram sensibilizados com o ‘trabalho importante’ e a ‘nobre missão dos militares’ na Amazônia. O autor observa um sentimento de patriotismo entre os integrantes da Universidade Católica de Brasília, a partir de uma “conscientização adquirida sobre a necessidade de defesa e preservação do território nacional, de manter a soberania sobre a região amazônica”. Conclui o autor que:

De acordo com os pesquisados, o Rondon é importante para o amadurecimento dos estudantes e para despertar o interesse dos futuros profissionais em trabalhar em outros centros (...) (FARIA, 2006, p. 27).

Por fim, assinala a necessidade de aperfeiçoamento da doutrina e metodologia adotadas pelo PR e de avaliação dos resultados efetivos, bem como de um monitoramento dos multiplicadores locais.

Almeida *et al* (2008) e Pravato (2007) também realizaram pesquisas sobre o PR. Pravato (2007) se baseia em leituras de importantes nomes da área social, como a do jornalista Roberto Elísio dos Santos, do educador Paulo Freire, do geógrafo Milton Santos e da filósofa Marilena Chauí para refletir sobre a importância da experiência no PR ao aliar o saber teórico e o conhecimento empírico. Da mesma forma, o trabalho de Almeida *et al* (2008) ressalta o canal de troca que se estabelece entre estudantes e sociedade, levando ao desenvolvimento de competências.

Em relação às críticas da reedição do PR, houve um conflito em torno de sua retomada. Ruth Cardoso, responsável pelo PR similar do governo anterior, Universidade Solidária, diz que:

Ao fazer renascer o PR neste início de ano, o governo do PT surpreendeu negativamente ao evitar qualquer avaliação crítica desta que foi uma das marcas registradas da ditadura militar. Simplesmente trouxe de volta um modelo velho, que desconsidera iniciativas de desenvolvimento sustentado, abre espaço para o clientelismo e não estimula mecanismos de participação democrática (CARDOSO, 2005).

Entre os coordenadores da edição anterior do PR, são diversas as opiniões quanto à sua reedição. Para o tenente-coronel José Maria Teixeira de Fonseca, por exemplo, a reativação é uma decisão positiva. Porém, ele diz que deve haver o cuidado de adaptá-lo à nova realidade, com a manutenção da pureza dos objetivos que, segundo ele, permitiu o sucesso (MOTTA, 2006).

O sociólogo João Felipe Blom Lied preocupa-se com a reutilização da denominação PR, bem como a maneira formal de edital, com concorrência para a participação, argumentando que ele era um movimento de estudantes. A professora Ana Maria Coutinho coloca ainda que a retomada é baseada no passado vitorioso e na experiência que deu certo. Para ela, hoje seria necessário fazer uma análise no meio universitário, para verificar a expectativa do estudante, os seus anseios atuais. Ela infere que atualmente os jovens teriam uma preocupação muito maior com a colocação no mercado de trabalho, o que interferiria na formatação das operações (MOTTA, 2006).

Já a professora Conceição Aparecida Tavares Bongiovanni destaca as mudanças que a sociedade passou desde o PR original. Enfatiza o avanço significativo na organização da sociedade civil, do empresariado e da sua responsabilidade social. Ela não concorda com os moldes antigos das operações, que considera um trabalho amador, defendendo a associação das universidades às instituições da sociedade (MOTTA, 2006).

Pedro Demo (2003), dando uma visão geral dos programas na área social, afirma que o governo “não só vai tornando-se mais assistencialista, como 'maria-fumaça', engatando qualquer vagão que pareça social”. Ele enquadra o retorno do PR nessa categoria.

De qualquer forma, o PR segue com a realização periódica de suas operações em janeiro e julho e não há sinais de sua extinção, de acordo com o coordenador do PR atual, Coronel José Paulo da Cunha Victorio.

2.4 COMPARAÇÃO DAS DUAS EDIÇÕES DO PROJETO RONDON

Há muitas semelhanças em relação à modalidade 'Operação Nacional' realizado nas duas edições do PR, apesar de algumas diferenças, como a forma de participar do PR ou a duração da operação. Por outro lado, é evidente que a primeira edição não se resumiu a esse tipo de operação desdobrando-se em muitas outras. Nos 22 anos houve fases de expansão, consolidação e retração, dinâmica ainda distante de ser alcançada pela reedição do PR, que completou quatro anos, no início de 2009, sem alterações consideráveis.

Nota-se que a primeira edição do PR tinha bastante ligação com os objetivos de integração nacional. Havia o objetivo de redirecionar a energia dos jovens, reprimida pela ditadura, para atividades de responsabilidade, como o auxílio nos programas de desenvolvimento nacionais e regionais do governo. Já os objetivos da segunda edição do PR estão, sobretudo, ligados à reedição da experiência de participar do PR, marcante na vida dos estudantes que dele participaram.

A reedição do PR é bastante tímida no cenário atual, com a participação de apenas 2.000 estudantes por ano, frente aos mais de 100.000 no auge da primeira edição. Se comparada com o período inicial, a dimensão é a mesma, já que a primeira edição apresentou crescimento contínuo dos números de participantes e, já no ano seguinte ao de sua instalação, somou mais de 4.000 estudantes (Quadro 1). Dois anos após a experiência inicial do PR, no ano de 1970, já estava instalado o primeiro *Campus Avançado* bem como eram realizadas operações regionais, além das nacionais.

A reedição do PR vem constituindo uma experiência que se dilui entre todas as outras das universidades. Possui, entretanto, o diferencial do deslocamento de universitários, muitas vezes entre áreas distantes, com um apoio governamental às ações a serem realizadas, exemplificado pelos contratos que o Ministério da Defesa estabelece com as prefeituras.

Em relação à dimensão ambiental, somente começou a aparecer nos anos finais da primeira edição do PR, por meio de campanhas pontuais que afirmavam a necessidade de preservação dos recursos naturais. Na segunda edição ela é trazida, sobretudo, no enfoque de desenvolvimento sustentável. Ocupa, entretanto, um papel secundário, conforme análise das diretrizes do Decreto 10.424/ 2005 e dos conjuntos de ações que devem ser trabalhadas pelos estudantes, expostos nos editais do Ministério da Defesa.

O Quadro 4 sumariza esses e outros pontos-chaves ao se comparar as duas edições do PR. No capítulo seguinte explorar-se-á uma das razões que leva os estudantes a participar do PR, o voluntariado. Será aprofundada, também, a temática da extensão universitária, cujo fortalecimento no Brasil foi creditado à experiência da primeira edição do PR.

	PRIMEIRA EDIÇÃO	SEGUNDA EDIÇÃO
Logotipo		
Período	1967- 1989: 22 anos	2005- 2009: quatro anos (até o momento)
Operações	Operações Nacionais, Regionais, Especiais, <i>Campi</i> Avançados, Seminários de Estudos, Viagens de Estudos, Programa de Interiorização, Estágios Remunerados	Operações Nacionais, uma ou outra Operação Especial
Número de participantes	1,1 milhão (GAUDIO, 1987) 350.000 (MOTTA, 2007)	5.624 (até janeiro de 2009)
Coordenação	Ministério do Interior	Ministério da Defesa
Origem	Programa experimental, por sugestão do professor da Universidade de Guanabara, Wilson Choeri e de alguns oficiais militares, como resultado das idéias expostas no seminário “Educação e Segurança Nacional”.	Proposta encaminhada pela UNE ao Presidente da República, em novembro de 2003, sugerindo a reativação
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Levar a juventude a participar do processo de integração nacional (Decreto nº 62.927/68) - Complementar atividades de ensino e atuar no campo do mercado de trabalho e mão-de-obra (Decreto 67.505/70) - Atuar nos programas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social (Decreto nº77326/76) - Reduzir a rebeldia estudantil e redirecionar o fervor para objetivos de desenvolvimento “responsáveis” (ROSEMBAUM, 1971) - Mostrar o interesse governamental pelo bem-estar de populações isoladas (ROSEMBAUM, 1971) - Conhecer a realidade brasileira, oportunidade de ser útil ao país, descobrir novas oportunidades e praticar profissões (ROSEMBAUM, 1971). 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a formação do universitário como cidadão (DEFESA, 2008) - Integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País (DEFESA, 2008) - Consolidar no universitário o sentido de responsabilidade social coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais (DEFESA, 2008) - Estimular no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas (DEFESA, 2008)
Formas de participação	- Voluntariado dos estudantes. Curso de treinamento obrigatório.	- Voluntariado das IES.
Duração das atividades	- Operações Nacionais duravam de 30 a 40 dias. - A duração das outras operações era variável, podendo ocorrer durante meses.	- De 15 a 20 dias
Semelhanças	<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de relatório após a participação; - “sucesso” em atrair estudantes; - apoio presidencial; - logística: Forças Armadas auxiliando no transporte e as cidades fornecendo hospedagem e refeição aos rondonistas 	
Tratamento Ambiental	Na década de 1980 iniciaram-se campanhas relacionadas à preservação dos recursos naturais	Disperso em algumas ações, englobado pelo enfoque de desenvolvimento sustentável.

Quadro 4: Comparação entre as duas edições do PR

3 TEMAS RELACIONADOS AO PROJETO RONDON

Este capítulo analisa alguns temas que se destacam no PR, como o trabalho voluntário e a extensão universitária. Comenta-se também a respeito de um projeto similar ao PR, o Universidade Solidária (UniSol), que surgiu após o fim da primeira edição do PR, em 1995. Em âmbito nacional, a experiência do UniSol é a que mais se aproxima do PR.

3.1 PROJETO SIMILAR: UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

Em 1995, 16 anos após a extinção do PR, em 1989, foi lançado um projeto semelhante no Brasil, o Universidade Solidária (UniSol). Foi uma iniciativa da primeira-dama do Brasil, Ruth Cardoso, junto a outros representantes do governo e da sociedade civil. Fez parte do programa “Comunidade Solidária”, cujo objetivo era desenvolver programas de desenvolvimento social baseados na parceria Estado–Sociedade, voltados a grupos populacionais vulneráveis e excluídos. Desta forma, além do UniSol, foram desenvolvidos os programas Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária, Artesanato Solidário e Rede Jovem.

Essas iniciativas governamentais exemplificam políticas públicas adotados pelo governo procurando alcançar fins e populações pré-determinadas. Na revisão do conceito políticas públicas elaborada por Carvalho (2002), exploram-se as divergências conceituais. É entendido como análise racional e alcance de metas de crescimento, para economistas, e, para cientistas sociais, está vinculado a uma outra racionalidade, mais humanista e concentrada em processos políticos. Há ainda uma outra problemática envolvendo as políticas públicas, por resultarem de um processo sujeito a pressões e a articulações políticas. Assim, elas apresentam um discurso e uma prática nem sempre conseqüentes.

Ainda segundo Carvalho (2002), ao se estudar as políticas públicas, deve-se observar as circunstâncias ou mudanças metodológicas, ideológicas, econômicas e sociais do momento em estudo, já que elas impõem novos parâmetros de administração pública. Exemplifica por meio do fim do século XX, quando houve uma profusão de trabalhos sobre os temas de globalização, descentralização administrativa e questões locais, bastante enfatizados como possibilidade de permitir uma forma mais justa e digna de vida aos moradores, de forma democrática e participativa. Nota-se, portanto, uma mudança nas formas de se realizar uma política pública. Gehlen (2004) destaca políticas

públicas como aliadas na potencialização de iniciativas comunitárias. Defende a promoção de parcerias com o Estado, aproveitando-se das potencialidades de recursos humanos, institucionais e naturais.

O UniSol, de acordo com a visão de sua mentora, Ruth Cardoso, se somou a outros projetos extensionistas que as universidades brasileiras vinham desenvolvendo. Toma como pressuposto que as universidades são comprometidas com a melhoria da qualidade de vida e com a promoção da cidadania das populações pobres do País. Argumenta também a favor do fortalecimento, no âmbito acadêmico, de valores como solidariedade e ideais de transformação da sociedade brasileira, mediante a busca da superação de suas desigualdades (CARDOSO, 2001). O UniSol apresenta, portanto, fins e públicos específicos que, assim como o PR, caracterizam-se como uma ação no campo da política pública.

As formas de atuação do UniSol compreendiam: Módulo Nacional, que leva o trabalho de extensão das universidades a pequenos municípios das regiões norte e nordeste do país, visando propiciar experiência com uma realidade distinta; Módulo Regional e Local, cujo objetivo era incentivar o trabalho de extensão das universidades em sua própria região (VARGAS; DIANA, 2001). Esses formatos apresentam como foco o espaço territorial. Havia ainda o Módulo Especial, cujas atividades eram direcionadas a um público específico ou a objetivo pré-determinado, apresentando um foco temático.

Dessa forma, nota-se que em relação ao formato do UniSol há uma com relação ao PR. “Operação” é chamada de “Módulo” no UniSol e permanecem as modalidades Nacional, Regional e Especial.

Como ocorreu no PR, as sugestões e críticas ao UniSol foram gradualmente contempladas. Houve, por exemplo, uma rearticulação da logística do Módulo Nacional, possibilitando o retorno de equipes aos mesmos municípios, e o incentivo da formulação de projetos por meio de um concurso que provê recursos para a execução de alguns deles.

A coordenação do UniSol registrou a mobilização de mais de 23 mil estudantes e professores, 200 universidades, em mais de 1.300 comunidades brasileiras até 2001. Ao término do governo de Fernando Henrique Cardoso, os recursos de financiamento do UniSol foram cortados, mas os seus coordenadores continuam com alguns dos trabalhos, por meio de uma estrutura de parcerias. Da mesma forma, o PR, também por meio de

seus antigos coordenadores, que criaram a Associação Nacional de Rondonistas, em 1990, continuam a realizar trabalhos com universitários e sociedade até os dias de hoje.

Sobre os efeitos do UniSol, a coordenadora Elisabeth Vargas (2001), destaca o aprendizado, o conhecimento e o ensino dos universitários com outras realidades, bem como o comprometimento deles com a realidade brasileira.

Nota-se, dessa forma, que os discursos da coordenação do UniSol são semelhantes ao dos coordenadores do antigo PR. A origem do UniSol, a partir do modelo do PR, foi inclusive assumida pela coordenadora Vargas (DIANA, 2001).

As críticas ao UniSol, feitas pelos antigos coordenadores do PR contemplam a sua semelhança ao PR e o não-aproveitamento da experiência que acumularam, bem como a sua limitação temporal, pois que também se extinguiu ao término do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para a Professora Maria da Graça Lisboa Pereira da Silva, foi fracassada a tentativa de Ruth Cardoso de explorar o PR, trocando o nome do PR por Universidade Solidária. Para ela, Ruth faz parte do grupo de pessoas que tem um comportamento revanchista em relação a tudo que lembra o movimento revolucionário de 31 de março de 1964 (MOTTA, 2006). Mauro Costa Rodrigues também destaca o insucesso do UniSol, quando comparado ao PR, questionando: "Quem se lembra dele (Universidade Solidária)? O que realmente executou nos seus quase oito anos? O que restou?" (MOTTA, 2006, p. 146).

3.2 TRABALHO VOLUNTÁRIO

A palavra solidariedade pode ser utilizada em contextos muito diferentes. O seu significado mais generalizado é o de trabalhar por uma causa comum, o de ajudar outros de uma forma organizada, sem que isso se dê por obrigação profissional ou por remuneração monetária. Segundo Cecchi (2006), a solidariedade é um dos valores que a cultura latino-americana mais valoriza, é uma bandeira comum de velhas e novas organizações da sociedade civil.

As razões que explicam o voluntariado, a solidariedade e a criação de novas organizações, levantadas por Albornoz (2003) são: maior disponibilidade de tempo livre das pessoas; aumento das necessidades sociais, devido à crise do Estado de Bem-Estar; crise de valores (consumismo, materialismo, individualismo, competitividade) de

referenciais morais e visões coletivas; desencanto com partidos políticos e sindicatos; confiança nas associações não-lucrativas; atraso na incorporação ao mercado de trabalho; e o papel dos meios de comunicação social e das administrações públicas. Ressalta, porém, que o voluntariado é uma resposta a estímulos especialmente emotivos e pode constituir apenas uma moda ou uma atitude passageira.

O voluntariado pode advir de organizações locais, destacando-se o trabalho de organizações religiosas. Na região latino-americana, alguns temas são costumeiros, como o desenvolvimento comunitário, a educação, o desenvolvimento de habilidades, o compromisso cívico e a saúde, sendo que tem crescido o número de projetos com base em voluntariado conduzidos por estudantes (JOHNSON, MCBRIDE E OLATE, 2007).

Um exemplo bem conhecido mundialmente é o trabalho da Cruz Vermelha, organização fundada em 1863, sob o nome de Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos. Essa designação foi alterada, a partir de 1876, para Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Atualmente, além da proteção de prisioneiros militares, a Cruz Vermelha tem atendido detidos civis em situações de guerra ou em nações que violem os Estatutos dos Direitos Humanos. Preocupa-se ainda com a melhoria das condições de detenção, a garantia do suprimento e distribuição de alimentos para as vítimas civis de conflitos, o provimento de assistência médica e a melhoria das condições de saneamento, especialmente em acampamentos de refugiados ou detidos. Atua também na assistência a vítimas de desastres naturais, como enchentes, terremotos, furacões, especialmente em nações com carência de recursos próprios para assistência às vítimas.

Em relação ao trabalho específico das universidades, segundo Cecchi (2006), muitas desenvolvem, há décadas, programas de ação social protagonizadas por estudantes, de forma voluntária ou obrigatória. São os serviços de aprendizagem que foram tratados no capítulo anterior, por Castro *et al* (1975). Eles são defendidos por Cecchi (2006) como uma ferramenta valiosa na busca da qualidade na educação. O autor questiona os sistemas educativos, como o dos Estados Unidos, no qual a qualidade na educação se mede pela capacidade dos estudantes de responder a provas objetivas padronizadas. Ele entende que é responsabilidade das instituições de ensino superior formar profissionais sensíveis, comprometidos, ativos e participantes, capazes de responder às demandas de uma sociedade complexa e desigual.

3.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Após a extinção da primeira edição do PR e, no contexto da redemocratização do Brasil, multiplicaram-se as experiências extensionistas. A origem da extensão, entretanto, está na iniciativa das universidades européias, no século XIX. Nesta época houve a necessidade de criar uma relação mais ampla da universidade com a população e formar novas visões e interlocutores, reiniciando discussões sobre uma nova função social, para além do ensino e da pesquisa, a extensão universitária. A partir de então, a história mostra que a extensão esteve ligada às necessidades sociais das populações e foi influenciada por políticas públicas para atendimento das populações excluídas dos programas estatais (SOUZA, 2005).

No Brasil, como visto no capítulo anterior, a institucionalização da extensão seguiu o formato internacional, advindo da crítica à universidade, com grande contribuição do movimento estudantil. Com o fortalecimento da democracia, no final dos anos 1980, abriu-se o espaço para discussões pela sociedade. As Instituições de Ensino Superior (IES) buscaram efetividade no processo de institucionalização, bem como uma reformulação do conceito de extensão.

As discussões inseriam-se no contexto maior da democratização das universidades brasileiras. Reis (1992, p. 68 *apud* RODRIGUES, 2003, p. 136) afirma que foi a partir de 1985, “com um novo quadro de forças emergentes” no país (eleição de dirigentes universitários pelo voto direto, com candidatos em tese voltados aos anseios da população), que se iniciou um novo entendimento da extensão, como articulação entre ensino e pesquisa.

Em 1985 ocorreu a legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Portaria do MEC nº 742 de 20 de setembro de 1985), buscando ultrapassar a visão tradicional de prestação de serviços e de difusão cultural. Um órgão representativo da extensão no MEC só foi criado em 1993, pela Portaria nº 66-SESu/MEC, instituindo a Comissão de Extensão Universitária, e da Portaria nº 134-SESu/MEC, que formalizou o Comitê Assessor de Extensão.

Entretanto, não há, ainda, uma uniformidade em relação ao lugar que a extensão ocupa no interior das universidades. Ela é marcada por diferentes concepções e práticas, por dicotomias, contradições e conflitos, suscitando grandes polêmicas sobre a questão de definir/redefinir a concepção e as prioridades da extensão universitária no Brasil. Há

dificuldades na conciliação de interesses que se prestam a alterar as relações de poder presentes no interior das IES e nas relações de poder da própria sociedade (RODRIGUES, 2003). Rodrigues (2003) afirma que são três as questões básicas da extensão: conceituação, institucionalização e financiamento. Representam questões polêmicas que, segundo ela, serão sempre abordadas, por exigirem respostas dinâmicas.

O entendimento que se têm hoje da extensão advém, sobretudo, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades públicas brasileiras (FORPROEX), entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão. Passou-se a reconhecer a extensão como uma das partes do tripé da universidade e, ao mesmo tempo, como via de mão dupla, capaz de fazer a ligação entre universidade e sociedade. Ainda, segundo o Fórum, seria um instrumento articulador do ensino e pesquisa e, ainda, um trabalho interdisciplinar. Porém, ainda está ausente a explicitação do seu espaço próprio, de como um instrumento articulador poderia estar ocupando espaços (RODRIGUES, 2003).

Não basta, portanto, definir a extensão como processo educativo. Rodrigues (2003) esclarece que o ensino e a pesquisa também são capazes de se estruturarem, de reclamar esse papel, sem a complementação da extensão. Assim, pode ser atribuído um mesmo papel para diferentes funções, ou seja, pode-se gerar confusões conceituais e funcionais. O que parece estar implícito, para ela, é que a idéia de instrumento articulador está sendo posta como alternativa de desentendimento da proposta de extensão.

A mesma autora finaliza argumentando que, após um grande período de discussões e de tentativas de efetivação de uma política para a extensão, a sua inexistência é evidente. As diretrizes políticas trabalhadas desde a criação do Fórum, em 1987, foram deturpadas, tendo em vista as ações assistencialistas previstas no PR Universidade Solidária, o que Rodrigues (2003) também ratifica que se tratou de uma recuperação do antigo PR, embora de maneira não fidedigna.

Uma referência para a sistematização das experiências é feita pelo FORPROEX, por meio de sua Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. Esta definiu linhas de extensão, atendendo a uma ou mais áreas temáticas, reunindo as formas de operacionalização que são mais freqüentes. Dessa forma, têm-se como atividades de extensão, por exemplo (FORPROEX, 2007):

- desenvolvimento regional: elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e o seu potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS); participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

- gestão pública: sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).

- questão ambiental: implementação e avaliação de processos de educação ambiental, de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

O documento citado lista 53 linhas de extensão, dentro as quais estão ainda os grupamentos resíduos sólidos, recursos hídricos, desenvolvimento rural e questão agrária.

Um projeto de extensão, portanto, constitui uma experiência importante para os universitários, mas ainda não estão bem definidos o seu papel na universidade e a sua articulação no processo de aprendizagem.

O PR, dessa forma, assimila as indefinições da validação da experiência extensionista, ficando a critério de cada universidade destacar uma maior ou menor atenção. Ressalta-se, entretanto, que os 22 anos de prática da primeira edição do PR foram fundamentais no fomento da extensão no país, que logo foi equiparada ao ensino e pesquisa, mesmo distante ainda na prática, conforme explorado nesta seção. O PR proporcionou experimentações diversas por um grande contingente de pessoas. Essa

experiência, dessa forma, é levada adiante nos trabalhos que elas passam a desenvolver ao longo de suas vidas, influenciando nas diversas outras atividades extensionistas, que se multiplicaram com o passar do tempo.

4 PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo tratará do estudo de caso cujo enfoque foi a participação da Universidade de Brasília (UnB) na reedição do PR, o que inclui professores da UnB que atuaram em sua primeira edição.

4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa de campo centrou-se na abordagem qualitativa, utilizando diferentes instrumentos metodológicos, tais como: observação, entrevista semi-estruturada individual e grupo focal.

O trabalho de campo iniciou-se a partir do contato com um dos coordenadores da primeira edição do PR, atual presidente da Associação Nacional dos Rondonistas. Conheceu-se a sede dessa associação, situada em Brasília, e participou-se do Encontro Anual de Rondonistas de 2008. Esses contatos visaram a sensibilização com a história da primeira edição do PR.

Em seguida, conheceu-se a sede da segunda edição do PR, situada no Ministério da Defesa, visando a sintonização com a segunda edição.

A partir daí o trabalho de campo passou a ser focado na Universidade de Brasília, instituição próxima do Ministério da Defesa e que apresenta relevante institucionalização da reedição do PR, expresso na criação de uma disciplina optativa específica de preparação chamada “Formação Teórica sobre a ação e concepção do PR” (DEX-200212) e obrigatória para os que desejam participar do PR. Eles recebem dois créditos por esta disciplina e, se selecionados para o PR, recebem quatro créditos referentes à disciplina “Residência universitária: PR 1” (DEX 200239).

Diferentes etapas foram cumpridas para realizar o trabalho de campo na UnB. Estabeleceu-se contato com o atual coordenador do PR na UnB. Observou-se o processo de criação, execução e avaliação do PR pela UnB, em momentos em que a temática do PR era tratada na universidade. Isso incluiu encontro de socialização da experiência entre equipes da UnB que participaram do PR no mesmo período, palestra e exposição de fotos pertencentes à “Semana de Extensão” da UnB, e acompanhamento de algumas aulas da disciplina optativa de preparação ao PR.

Para conhecimento da opinião dos atores que protagonizam o PR pela UnB, foram selecionados alunos e professores. A seguir, será apresentado um pequeno resumo de quem (nomes fictícios) foi entrevistado e como foram realizadas as entrevistas.

Os professores foram escolhidos por terem participado da primeira edição do PR e atuarem como professores coordenadores na segunda edição, pela UnB. Os demais professores que ministravam a disciplina optativa de graduação Projeto Rondon 1 também encontravam-se no perfil de ex-participantes da primeira edição do PR, ou eram jovens professores, com cerca de 27 anos.

Procedeu-se à entrevista semi-estruturada de quatro professores das áreas de ciências biológicas e humanas. O professor "A" atuou apenas uma vez na reedição, porém demonstrou seu interesse em retornar assim que possível às atividades do PR; já os professores "B", "C" e "D" atuaram em mais de uma oportunidade, sendo que "B" tem responsabilidade de coordenação do PR pela UnB.

As entrevistas e o grupo focal exploravam se, na opinião dos entrevistados, havia preocupação ecológica no PR, bem como preocupação com a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável. Antes disso, foi pedido que os professores comentassem o seu envolvimento com o PR, assim como a motivação de participar do PR da parte de professores e estudantes. O objetivo destas questões foi o de sintonizá-los à temática e conhecer um pouco a relação deles com o PR. A pergunta final indagava sobre o significado do PR, verificando sua relevância e levando-os a refletir sobre o papel que ele exerce.

Em relação aos alunos participantes no PR pela UnB, organizou-se um grupo focal com sete participantes, visando compor um grupo com diversidade de formação, gênero e de operação do PR. Apesar da boa receptividade à proposta e dos diversos contatos realizados, compareceram ao encontro três alunos. São eles: "F", formada em filosofia, mestranda na UnB e professora de uma escola particular de Brasília. Ela participou no PR em janeiro de 2007 em Taperoá (BA); "S", que está finalizando o curso de artes e participou do PR na localidade de Camamu (BA), também em janeiro de 2007, ele cursou ainda a disciplina "Formação Teórica sobre a ação e concepção do PR", no segundo semestre de 2008; e, "Z", estudante de serviço social que participou do PR em julho de 2007, na cidade de Cruzeiro do Sul (AC).

A metodologia escolhida de grupo focal possibilitou a análise das questões abordadas, levando ao aprofundamento do tema. Realizou-se em uma sala reservada na Biblioteca Central da UnB e explorou cinco questões-chave, durante duas horas. Ao final das entrevistas, expôs-se um pouco mais sobre a pesquisa e a pesquisadora, relatando-lhes informações levantadas até aquele momento sobre o PR e minha experiência como rondonista, como uma forma de retorno pela atenção dispensada.

Os critérios de análise das entrevistas foram a identificação dos aspectos comuns nas falas dos atores e o registro da variedade dos pontos de vista. Dessa forma, procurou-se evidenciar as convergências e divergências na diversidade de opiniões.

A seguir, serão tecidos breves comentários sobre os contatos com as coordenações das duas edições do PR e, em seguida, a pesquisa será focada na UnB, e, em especial, na reedição do PR.

4.2 COORDENAÇÕES DO PROJETO RONDON

O Coronel Sérgio Mário Pasquali foi coordenador geral do PR de abril de 1971 a julho de 1975 e de março de 1979 a novembro de 1980. É a referência em relação à primeira edição do PR, tal como relatado em Motta (2006). No contato estabelecido, afirmou a grande disposição de contribuir com pesquisas sobre o PR. Focou suas argüições no que considera como fundamental no PR, ligado aos efeitos nos rondonistas, sem direcioná-las para a dimensão ambiental.

Desde 2004, Pasquali preside a Associação Nacional de Rondonistas (ANR). A ANR foi criada em 1990, ano seguinte ao término da primeira edição do PR, por participantes desta edição. Têm afiliadas estaduais, totalizando 25 organizações não-governamentais, e utiliza o mesmo símbolo e slogan da primeira edição do PR. Realizam parcerias com as IES, o governo e a sociedade civil visando "mobilizar a juventude universitária e despertar nela, uma consciência crítica sobre as diversas realidades nacionais" (ANR, 2009).

As atividades promovidas pela ANR e afiliadas são chamadas também de Projeto Rondon. Isso leva a uma confusão entre o PR coordenado pelo Ministério da Defesa e o organizado por eles, conforme levantado em reunião realizada pelos membros da Associação.

Em relação à coordenação da reedição do PR, o Coronel José Paulo da Cunha Victorio, que atua nele desde o seu início, demonstrou também grande motivação no trabalho com o PR. Ao ser informado quanto aos objetivos desta pesquisa demonstrou surpresa, afirmando sobre o papel secundário que a dimensão ambiental ocupa no PR.

4.3 PARTICIPAÇÃO DA UnB NA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO RONDON

A UnB foi inaugurada em 1962. Abriga hoje mais de 1.300 professores e cerca de 2.300 funcionários em 2008, oferecendo 63 cursos de graduação, 64 de mestrado, 45 de doutorado e dezenas de especializações e cursos de extensão. Tem ainda órgãos complementares que auxiliam os alunos no desenvolvimento de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, como o Hospital Universitário de Brasília e a Fazenda Água Limpa (UnB, 2008). Por semestre, oferece cerca de 2.000 vagas para novos alunos de graduação, totalizando cerca de 20.000 alunos matriculados nesse nível de ensino. Na população universitária há ainda cerca de 4.500 alunos de pós-graduação *stricto sensu* (UnB, 2008).

De acordo com as informações divulgadas no sítio da UnB, no ano de 2005 houve 445 atividades de extensão, entre cursos, mini-cursos e eventos, levando à emissão de mais de 10.000 certificados, dentre os quais estão os que atestam a participação de alunos da UnB no PR.

Em relação à participação da UnB na primeira edição do PR, destaca-se a experiência do *Campus Avançado* na região do Médio-Araguaia, por mais de 14 anos (1970 - 1985). De acordo com Reis (1988, p. 64) a entrada da UnB nesta experiência se deu, sobretudo, por iniciativa do PR, patrocinador da experiência.

A participação da UnB na reedição do PR, iniciou-se em janeiro de 2005, quando foi divulgado o edital de seleção de IES, pelo Ministério da Defesa. O Decanato de Extensão (DEX) da UnB recebeu a inscrição de 17 equipes, sendo selecionada equipe composta por integrantes da área de odontologia. O município de atuação foi Fonte Boa (AM).

O Quadro 5 apresenta um resumo da participação da UnB no PR entre 2005 e início de 2009.

ANO	Equipes participantes da UnB	Localidade	Número de participantes (alunos e profess.) pela UnB	Total de participantes no PR (nas diversas operações)	%
2005	1	Fonte Boa (AM)	5	312	1,6
2006	1	Fonte Boa (AM)	8	1.377	0,6
2007	10	Fonte Boa (AM), Curionópolis (PA), São Pedro da Água Branca (MA), Camamu (BA) e Taperoá (BA)	80	1.933	4,1
		Em Julho: Salgado e Umbaúba (SE), Claro dos Poções (MG), Cruzeiro do Sul (AC) e Amapá (AP).			
2008	11	Nova Timboteua (PA), Morro do Chapéu do Piauí (PI), Amapá (AP) e São José do Norte (RS)	88	1.960	4,5
		Em Julho: Calçoene (AP), Comercinho (MG), Rio Branco do Sul (PR), Brasília de Minas (MG), Augusto Correia (PA), Salgado (SE) e Carinhanha (BA)			
2009 (dados de jan./fev.)	5	Nova Olinda do Norte (AM), Belterra (PA), Brasília de Minas (MG), Comercinho (MG) e Rio Branco do Sul (PR).	40	976	4,1

Quadro 5: Participação da Universidade de Brasília na reedição do PR, 2005-2009. Fonte: ASCOM/UnB e DEFESA (2009)

Verifica-se que, em 2006, a instituição atuou novamente em Fonte Boa, porém a equipe foi composta por estudantes de diferentes cursos.

Já em 2007 ampliou-se a atuação da UnB para cinco municípios. Em julho de 2007, cinco outras equipes de professores e alunos da Universidade de Brasília (UnB) participaram do PR. Esse aumento corresponde com o momento em que foram criadas as disciplinas de preparação e participação no PR, já apresentadas. No início de 2008, atuou-se novamente em cinco municípios completando um total de 17 equipes que já haviam atuado no PR pela UnB até aquele momento.

Em julho de 2008, a participação da UnB no PR bateu recorde, com atuação em sete municípios. Em Carinhanha (BA), a atuação se realizou por meio de uma operação regional. Ela resultou de um acordo específico com a Coordenação do Ministério da Defesa, de forma a viabilizar a participação no PR de um número maior de estudantes, por iniciativa da UnB. No início de 2009 houve a participação da UnB em mais cinco municípios e outra operação regional no município de Cabeceira Grande (MG).

4.4 ESTUDO DE CASO: PROJETO RONDON NA UnB

Adiante serão apresentados os resultados do estudo de campo. Observou-se quatro eixos temáticos fundamentais que são: motivação e envolvimento como o PR, preocupação ecológica e desenvolvimento sustentável, significado do PR e, por fim, uma comparação entre as edições do PR.

4.4.1 Motivação e envolvimento com o Projeto Rondon

Na pesquisa com professores e alunos, foram relatadas diversas motivações que os levam a participar do PR. Apresentam, entretanto, semelhanças que permitem seu agrupamento.

A adesão dos alunos pesquisado à participação no PR se deu ao acaso. Um exemplo é o de colegas que os levaram aos encontros de preparação. Ao ficarem conhecendo um pouco mais o PR, foram se interessando. “F”, por exemplo, destacou, dentre outros, o caráter desafiador do PR, que leva os rondonistas a regiões distintas do Brasil e os coloca para trabalhar em comunidades nas quais têm de lidar com situações inesperadas e ter que dar respostas. Já “Z” justificou o seu interesse em participar do PR por motivos turísticos, numa região em que dificilmente teria a oportunidade de viajar.

A respeito da motivação dos professores para participar das duas fases do PR, “A” levantou a oportunidade de viajar e conhecer o interior do país e de ajudar as pessoas: “Lá, quando você chega, qualquer coisa que você fizer é bom, é triste... esgoto no meio da rua, criança doente, população ribeirinha às vezes com 9, 10 dias com gente doente e sem ninguém para atender. Barco de saúde não passa lá, uma série de coisas”. Isso foi ratificado por “C”, junto com a oportunidade de praticar os conhecimentos que estava adquirindo na graduação. Ambos gostaram muito da experiência, o que os levaram a participar da reedição PR. A professora “C” destacou ainda que, sem disponibilidade do docente para acompanhar os grupos de alunos, a experiência fica frustrada.

Já a professora “D” expôs que, após a realização de seus estudos de pós-graduação no exterior voltou interessada em sair da área em que se especializou e trabalhar questões mais amplas. Por fim, “B” afirmou que a sua motivação era total, em vários sentidos. Explicitou que a incursão ao interior do país não é algo realizado naturalmente pela universidade, que se limita a realidades locais, não atuando, portanto,

em mais de 5.000 municípios (90% de seu total), a não ser em situações específicas. Afirmou que a sua segunda motivação era acadêmica, acreditando no papel da extensão na universidade. O PR seria “uma ponta de lança/ chegada”, pela qual se conheceria as localidades aproveitando para levar algo.

Dessa forma, e ao se comparar as duas edições do PR, vemos que há alguns motivos que levam as pessoas a aderir a ele, tal como a viagem proporcionada, o conhecimento de um local com características diferenciadas e desconhecidas, a prática do saber adquirido na graduação e a solidariedade. Um dos professores entrevistados destacou também o papel do PR como extensão universitária, singularizando-o junto às outras atividades extensionistas realizadas pela universidade. Reconheceu ainda que o elo mais forte da extensão normalmente praticada seria ligado à universidade, e não à comunidade.

De qualquer forma, notou-se um grande envolvimento e uma forte motivação por parte dessas pessoas. Isso já vinha sendo observado desde a revisão bibliográfica sobre o tema até os diversos momentos da pesquisa de campo, ou seja, no contato com a Associação Nacional de Rondonistas, passando pela coordenação atual do Ministério da Defesa, até as entrevistas com estudantes e professores da UnB pela segunda edição do PR.

4.4.2 Preocupação ecológica e desenvolvimento sustentável

Nas entrevistas realizadas com os professores e os alunos, foi unânime a afirmação da preocupação ecológica no PR. Os professores a relacionaram à abordagem de desenvolvimento sustentável e os alunos focaram o componente ecológico em seu sentido mais restrito, ou seja, dos recursos naturais sem maiores conexões com outras áreas do conhecimento.

Na opinião do aluno “S”, a preocupação ecológica do PR em 2008, observada por meio das aulas da disciplina que estava freqüentando, era maior do que quando participou do PR, no início de 2007. Entretanto, depois acabou por relatar situações enfocando o componente ambiental também na operação de 2007. Nesse mesmo sentido, “Z” apontou oficinas que abordaram explicitamente a temática ambiental, mas não fez comentários sobre a relação de outras atividades com o componente ecológico. “F”, por sua vez, afirmou que o componente ambiental é trazido na mídia, está na

sociedade. Para ela, o que leva as equipes a trabalhar mais ou menos este aspecto se deve à presença de aluno ou professor dessa área na equipe.

Nota-se que não há uma clareza nos alunos sobre a abordagem ambiental do PR. As opiniões não são bem definidas, sendo “F” a que demonstrou maior clareza e “Z” a que demonstrou maior distância da compreensão da abordagem ambiental. De todas as formas, entretanto, a abordagem é superficial e restrita à presença de um profissional ou oficinas voltadas diretamente à temática.

O professor “B” demonstrou que os problemas ambientais da localidade podem influenciar a participação dos rondonistas em uma maior ou menor abordagem da dimensão ambiental. A comunidade que ele conheceu fez o relato de que uma empresa havia jogado veneno no mangue um ano antes, o que matou os caranguejos e deixou-a sem tal recurso por um tempo. Afirmou também que, talvez como resultado dessa experiência e de outras correlatas, a comunidade pediu aos rondonistas para verificarem a questão do lixão da cidade, já que acreditavam que pudesse estar provocando danos no lençol freático, entre outros. Segundo ele, os rondonistas fizeram um levantamento, incluindo visita de campo, e concluíram que o lixão estava funcionando em boas condições e teria ainda cerca de 20 anos de vida útil. Dessa forma, o professor procurou demonstrar que o trabalho com a questão ambiental resultou de uma demanda da comunidade, que se encontrava mais sensibilizada à questão ambiental. A afetação direta de um recurso pertencente ao seu modo de vida (caranguejo) ampliou o olhar para outros elementos da questão ambiental local.

O professor “A” focou a sua experiência na Amazônia, trazendo aspectos estratégicos do PR de atuação nessa região, promovendo a exploração dos recursos de maneira sustentável, ao lembrar sobre o interesse estrangeiro na propriedade intelectual das riquezas naturais brasileiras:

A Amazônia está entregue aos estrangeiros... esta é uma forma da universidade resgatar parte da propriedade intelectual da Amazônia, nós temos muita coisa ali. Os pesquisadores estrangeiros estão todos lá, e nós somos responsáveis por essa parte intelectual, ir atrás de plantas, novos medicamento, riquezas minerais... sem destruir a floresta. É possível fazer tudo isso. Isso é importante, e tem que despertar isso no aluno, que será o amanhã, pensará isto o resto da vida. Isso é legal... assim como aconteceu comigo, que quis voltar, passa a ser uma cadeia.

Afirmou que aprendeu muito com estudantes da área de biológicas que participaram junto à sua equipe e com a população local. Assim, disse que passou a entender melhor o que seria desenvolvimento sustentável ao ver a dependência direta da população do seu

meio. “Vimos que é possível floresta que renda frutos para as pessoas sem destruir (...), quando você chega lá você entende ao ver os ribeirinhos, vivem da floresta, do rio, não matam nada, vivem daquilo ali”. Porém, acredita que há muita experiência externa que poderia ser aproveitada para um manejo mais eficiente dos recursos locais, papel que a universidade poderia desempenhar:

Quem vive lá sabe muito mais do que nós. Tivemos idéia e colocamos no papel, eles não sabem o que têm fora, a gente tem noção do que têm fora e o que pode levar. Aí o projeto foi legal, fizemos leitura do que eles enxergam e deficiências, às vezes é sustentabilidade ou é subsistência.

O professor “B” afirmou ainda que, desde a retomada do PR, um dos seus eixos foi a sustentabilidade, em seu conceito mais amplo possível, o qual inclui desde a preservação até a geração de emprego para as comunidades se auto sustentarem e criarem condições de viver com certa autonomia. Em relação aos aspectos ecológicos, mais especificamente, “B” acredita ainda que esse é um dos maiores desafios no PR porque as regiões têm uma característica própria do ponto de vista ambiental e seria muito difícil, *a priori*, trabalhar a questão ecológica numa realidade que não se conhece, mesmo que se faça uma boa pesquisa e uma viagem precursora. Entretanto, levantou ser o lixo uma questão importante na qual eles têm conseguido obter algum resultado do ponto de vista institucional nas localidades:

Taperoá estava a 40 metros da principal fonte de abastecimento, e, segundo estudos, o chorume já tinha chegado. Fizemos certa mobilização, montagem de projeto para tirar lixo dali, pedir financiamento... mais tarde receberam esse financiamento e o lixo saiu dali. Havia já uma mobilização, mas não se sabia os caminhos, com nossa presença isso se viabilizou naquilo que a universidade sabe fazer: projeto. Em Carinhanha, aconteceu projeto efetivo de educação ambiental, mutirões de limpeza, possibilidade dos alunos verem o tanto de sujeira que se produz dentro da escola.

Isso se deve ao fato de que os resíduos constituem um problema em quase a totalidade dos municípios brasileiros e os danos são mais facilmente perceptíveis pela população.

A professora C, entretanto, expôs sua dificuldade em lidar com essa temática por não saber ao certo como lidar com as diferentes formas de resíduo, como o hospitalar.

A professora “D” afirmou que o enfoque na questão do lixo permite visualizar a temática da sustentabilidade:

Hoje quando se fala em sustentabilidade é um tema muito amplo do que (os moradores) estão tentando fazer, é fácil falar mas eles não sabem

nem o que é isso, e a gente quando chega fica muito amplo, então a gente tem que focar, e foi o que a gente pensou numa conversa com gestores, falava-se muito em lixo (...)

A palavra sustentabilidade, segundo ela, não poderia ser falada na região Norte do país, pois constituiria um assunto não muito agradável, de acordo com a devastação e o capitalismo selvagem que imperam na região. Para ela, ainda, a riqueza do PR advém da grande responsabilidade de extrapolar a área de formação dos participantes, fazendo que trabalhem as questões ambientais. Ela começou a perceber que o meio ambiente está bastante relacionado com outras formações, como na área de saúde, tirando o receio sobre a realização de uma oficina de meio ambiente.

Ponderou, por fim, que o PR abre feridas na comunidade e nos gestores, ao atuar por um tempo e ir embora. Afirmou que o PR é costumeiramente referenciado como uma forma de “plantar sementes” nas localidades, mas acredita que deveria haver modos de ajudar a cuidar da semente para que ela frutifique. Citou a experiência de retorno das operações como uma tentativa, porém frisou que se deveria tomar cuidado para não provocar o efeito contrário ao se trabalhar com as problemáticas dos municípios. Dessa forma, para ela, deve-se valorizar o que a comunidade quer e não tentar tirá-la de sua realidade, visão compartilhada pelo professor “B”: “É difícil fazer educação ambiental, pensar ecologia da realidade que você não tem, o que tem é que fazer projeto que ajude as pessoas a pensar na sua própria relação”.

Em relação aos alunos e à sua forma de lidar com o ‘desenvolvimento sustentável’ no PR, “S” iniciou trazendo as limitações do PR que tem um período de execução determinado de cerca de 12 dias, bem como apontando que os três entrevistados lidaram com o grupo de ações cujo enfoque é a comunidade, lidando com as temáticas de cidadania e bem-estar. Acredita, portanto, que tal questão seria trabalhada mais diretamente pelas pessoas que lidam com o grupo de ações focado nos gestores públicos, com a temática de desenvolvimento local sustentável. Entretanto, para ele, mesmo no segundo grupo, a sustentabilidade seria trabalhada apenas em oficinas em um formato teórico, visão que ratifica a distância da compreensão da transversalidade da temática pelos alunos.

Já “F” destacou que a sustentabilidade fazia parte do dia-a-dia da localidade em que participou, de forma semelhante à de “S”, devido mesmo à proximidade física. Ela citou, entretanto, a fala de uma mulher que teria questionado os rondonistas com a afirmação de que estava cansada das pessoas irem lá e apenas falarem, não fazendo nada. Dessa

forma, a entrevistada disse que no PR eles tinham de lidar com as frustrações das comunidades, além da dos próprios rondonistas. Entretanto, ela exemplificou a construção de uma associação como uma ação duradoura que sua equipe havia propiciado, demanda que receberam da comunidade e a qual deram apoio no início das obras de sua instalação física. Segundo “F”, a associação está em pleno funcionamento hoje. Isso foi confirmado por meio do contato que ela ainda tem com a comunidade.

Do relato dos alunos e dos professores e da observação da disciplina da UnB, confirma-se a relevância que a questão ambiental vem, aos poucos, assumindo. Nota-se que as diversas problemáticas embutidas na questão ambiental, abordadas na revisão de literatura, são percebidas por esses grupos de atores de forma incipiente ou relativizada. Isso está de acordo com o papel secundário ocupado pela dimensão ambiental nos documentos oficiais do PR.

Quanto às questões permeadas pela expressão ‘desenvolvimento sustentável’ ou ‘sustentabilidade’ repete-se a incipiência de seu tratamento, pois há um entendimento limitado a algumas áreas ou questões, sub-explorando seu potencial. Dessa forma, há muito a ser trilhado para se alcançar o olhar complexo que aborda simultaneamente os aspectos sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e institucionais dos problemas analisados.

Uma série de limitações referentes à temporalidade das ações foi levantada pelos entrevistados. Isso está de acordo com algumas críticas que haviam sido apresentadas a respeito da primeira edição do PR. Ressalta-se, entretanto, que o PR, por sua peculiaridade de promover uma aprendizagem intensa e permanente, faz com que as questões acerca do desenvolvimento sustentável, objeto de trabalho dos rondonistas, estejam em contínua reflexão, desde sua fase de planejamento, passando pelo processo de execução até as fases de avaliação. Portanto, os resultados efetivos poderiam se dar a longo prazo, com a possibilidade de se refletirem na postura dos participantes.

De acordo com a visão trazida por Veiga (2006), há uma pluralidade de possibilidades de desenvolvimento das localidades, combinando as características da natureza com o trabalho humano. É uma visão bastante ampla, enfatizando que o processo exige essencialmente pessoas criativas. Tal essência constitui área de trabalho por excelência do PR, ou seja, o incentivo à criatividade e o trabalho com as pessoas.

4.4.3 Significado do Projeto Rondon

Ao indagar os entrevistados sobre o significado do PR, vislumbraram-se maiores emoções em seus relatos, ratificando o interesse que foi apontado no item 'motivação e envolvimento com o PR'. Para os alunos, ele constituiu uma experiência única, demonstrada de diversas formas. "F" mostrou o broche do PR preso à sua bolsa. Ela mencionou o cansaço do dia-a-dia no decorrer da experiência e as saudades diversas que, segundo ela, não tiravam a grande empolgação que sentiam de estar participando do PR. Afirmou ainda ter tido a oportunidade de participar de outras operações, mas não quis desmanchar a imagem "imaculada" que tinha da experiência. Resumiu que a sua vida podia ser dividida em antes e depois do PR, o que foi confirmado pelos demais participantes do grupo focal.

"S" disse que, após a sua participação, ele se matriculou em disciplinas de estágio na UnB. Concluiu que não haveria necessidade de ter feito isso, pois após o PR ele se sentia preparado para qualquer coisa. Esse relato foi ratificado por "F", ao destacar o preparo para a vida profissional que comprovava em seu dia-a-dia.

Em relação aos professores, "A" respondeu que o PR era uma "coisa maravilhosa" e, portanto, que todos deveriam ter essa experiência. Afirmou ainda que ele é um mecanismo muito importante de desenvolvimento do país, tanto nas áreas visitadas como, e principalmente, para os alunos, ao enxergarem o país. "C" traduziu a resposta na palavra esperança e acrescentou que nunca havia parado para refletir sobre tal questão. Foi o mesmo comentário feito por "B", ao afirmar que o PR tem um significado bastante forte. Ele retomou o argumento da oportunidade de sair do seu espaço, o que diferencia o PR de outros projetos de extensão do qual participa. Nestes, as casas têm, por exemplo, renda familiar a partir de dois salários mínimos. Nas comunidades visitadas pelo PR, a maior renda familiar que encontrou foi de um salário. Afirmou que normalmente a renda média familiar é de 120 reais, o que levaria a uma diferença enorme entre as localidades de atuação do PR e as beneficiadas pela extensão normalmente realizada pela universidade. Dessa forma, "B" afirmou que tem motivação de descobrir como a universidade pode contribuir com esse Brasil que não está nas páginas dos jornais e tem todas as condições de ser auto-sustentável. Por fim, colocou a mudança na vida dos rondonistas proporcionada pelo PR.

A professora “D” comentou positivamente sobre a liberdade de realização das ações no PR sem ter de atender a formatos pré-estabelecidos ou sofrer intervenções e também singularizou o PR frente a outros projetos extensionistas:

Toda universidade tem oportunidade de fazer extensão por sua base, só que é muito mais complicado, não tem aquele *glamour* de Brasil, andar na FAB, viver o Brasil. O aluno se sente brasileiro, tem que fazer alguma coisa pelo país.

Outro aspecto importante era a possibilidade de ouvir as pessoas e atendê-las, incluindo bate-papos “numa boa” com as autoridades locais. Ratificou, também, o comentário de que o PR permite “conhecer outras realidades e fazer algo pelo país”.

Dessa forma, observa-se que o PR desperta paixão, sentimento considerado uma dimensão intangível do desenvolvimento sustentável por Jara (2001). O interesse e a alegria são fundamentais para a dedicação das pessoas, o que é, por sua vez, muito importante no desenvolvimento das localidades.

4.4.4 Comparação entre as edições do Projeto Rondon

Quando perguntadas a respeito de seu conhecimento da primeira edição do PR, as alunas “Z” e “F” disseram que as suas mães, quando informadas da viagem que as filhas fariam, relataram que já haviam participado do PR e destacaram as condições precárias que elas iriam encontrar. O aluno “S”, ao andar com identificação do PR na localidade em que atuou, afirmou ter sido abordado por dois rondonistas da primeira edição do PR, sendo que um deles relatou a sua mudança para a cidade após a sua participação. O mesmo aconteceu na vida de uma professora da UnB , conforme foi lembrado por “F”.

Já os professores entrevistados puderam comparar a experiência de participação nas duas edições. Todos disseram que a primeira fase era assistencialista, o que está de acordo com o discurso do Ministério da Defesa e ratifica as críticas discutidas no Capítulo 2. Eles entendem que a segunda edição tem enfoque na prevenção e no planejamento, de acordo com “C”, voltado a projetos e estabelecimento de parcerias para “A”, ou como uma atividade que procura se institucionalizar nas cidades, conforme o relato de “B”. Seria, portanto, menos assistencialista do que a primeira edição, voltada para ações a médio e longo prazo.

Entretanto, ao serem questionados a respeito das semelhanças entre as edições, os entrevistados informaram que a essência dos PRs é a mesma. Eles despertam os universitários para realidades de comunidades pequenas e afastadas, estabelecem uma relação com elas, vivenciam tensões e aproximações, conforme explicitado por “B”.

Outras características seriam distintas entre si, ainda segundo “B”, como a participação na primeira edição de equipes maiores e não-multidisciplinares, maior distância entre as equipes, prazo maior nas operações de 30 a 45 dias e permanência dos trabalhos da universidade, o que poderia se dar ou não atualmente. Uma outra diferença é o enfoque no desenvolvimento sustentável presente na reedição, tal como consta em todos os documentos oficiais.

“D” focou ainda no contexto da ditadura no Brasil, ratificando as críticas de que um dos objetivos do PR era de aliviar tensões na sociedade. Já sobre o PR atual, ela enfatizou a diferença de que “as comunidades hoje não são mais tão desinformadas como antes”, o que se devia, em grande parte, ao desenvolvimento das telecomunicações.

A partir das entrevistas realizadas nesta pesquisa de campo, aprofundou-se a caracterização das duas edições do PR. Alguns aspectos, como os do item motivação e envolvimento, bem como o que trabalhou o significado do PR, são comuns às duas edições. Eles advêm, dentre outros, das características estruturais do PR que, grosso modo, não se alteraram nos dois períodos históricos correspondentes.

A abordagem da dimensão ambiental, ainda que incipiente, é significativamente maior. A sociedade vai aos poucos conhecendo a necessidade de inserção da dimensão ambiental e das multi-relações que se estabelecem a partir dessa perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável aponta vários caminhos a serem seguidos, não existindo um formato único que possa ser reproduzido em outras localidades. Estes caminhos partem de conhecimentos básicos que incluem a assimilação cada vez maior da dimensão ambiental, base de uma abordagem de sustentabilidade, bem como o balanceamento entre as outras dimensões do desenvolvimento, conforme proposto por Furtado (1974, 2000), Sachs (2000, 2004) e Veiga (2005, 2006).

Da mesma forma, o PR não apresenta um modelo único de ação, abrangendo uma “liberdade” de atividades a serem realizadas pelos estudantes, a partir de algumas diretrizes básicas que envolvem auxílios diversos às comunidades. Isso pode ser considerado como uma potencialidade ou uma vulnerabilidade, o que remete à análise do primeiro objetivo específico dessa dissertação: analisar as potencialidades e vulnerabilidades do PR em suas duas edições.

Uma vulnerabilidade reside no caráter experimental das ações do PR. Isso pode ser prejudicial às comunidades, sequiosas por ações efetivas. Apesar disso, há a possibilidade de essa experiência surtir efeitos positivos em seus participantes, por constituir um grande evento no processo de aprendizagem, como indicado nas entrevistas e na revisão bibliográfica.

Outra vulnerabilidade diz respeito ao pouco tempo de execução, colocam-se os participantes em situações delicadas, frente a problemáticas de difícil resolução, com o prazo de apenas 12 dias (de acordo com a reedição do PR). Porém, a curta e intensa exposição pode também ser fundamental para sensibilização dos participantes para a complexidade dos problemas, transformando-se em uma potencialidade.

No estudo da primeira edição do PR que foi apresentado, há significativo conteúdo crítico. Isso está ligado ao papel de destaque do PR naquele período histórico, em plena ditadura militar. Compreendeu 22 anos de atividade, funcionando como um dos pilares para o fortalecimento da extensão nas universidades brasileiras.

A tensão verificada na sociedade no período de ditadura militar no Brasil pareceu não interferir, de forma contumaz, na condução do PR, conforme relatos trazidos por Motta (2006, 2007). Apesar de possibilitar uma certa liberdade nas ações em uma época caracterizada por proibições, a ligação do PR com o período, de acordo com o apoio ou a simples permissão da realização do PR pelo governo militar, é um dos pontos que trouxe

e ainda traz muitas críticas (MONTEIRO, 1990; CARDOSO, 2005). O fato do PR ter ocorrido durante o período militar leva algumas pessoas a ligarem o projeto à ditadura militar. Entretanto, a liberdade de ações que o PR possuía demonstra que era algo desconexo ao governo da época, apesar da ajuda recebida no apoio logístico e do interesse do governo na realização do PR em determinadas áreas, caso da instalação dos *Campi Avançados* na região Norte do país.

Outro ponto crucial das críticas se refere ao caráter assistencialista do PR. A segunda edição tem procurado desvincular-se dessa caracterização, destacando-se a orientação de se trabalhar com pessoas-chaves nas localidades. Entretanto, a escolha do formato que levou ao seu sucesso para a reedição do PR, as operações nacionais, não facilita a realização de ações mais duradouras e não-assistencialistas. O contato rápido, na qual “se conheceria as localidades, aproveitando para levar algo, mas principalmente trazendo as necessidades para dentro da universidade para que ela possa discutir e voltar em outras situações”, conforme a visão de um dos professores entrevistados ou o “cansaço das comunidades de observarem pessoas irem lá e não fazerem nada”, conforme transmitido no grupo focal por uma aluna, ilustra a curta duração das ações realizadas pelo PR.

Em relação ao segundo objetivo específico da dissertação, a de verificar o campo de atuação da reedição do PR e alguns de seus efeitos, verificou-se que existe certa indefinição de seu papel no cenário atual. O baixo número de estudantes que vêm sendo envolvidos, cerca de 2.000 por ano nas operações realizadas no período das férias escolares, faz com que ele se dilua frente a outros projetos de extensão universitária. Tem, entretanto, uma diferença básica relacionada à singularidade das comunidades que são envolvidas, por terem rendas familiares ainda menores do que nas periferias das cidades, conforme apontado por um dos entrevistados.

Se comparado à primeira edição do PR evidencia-se ainda mais o restrito papel do PR reeditado, já que o primeiro envolveu um maior número de estudantes, seja em seu período auge ou em seus anos iniciais. Vale lembrar, mais uma vez, que a primeira edição do PR logo desenvolveu e executou formatos diferenciados de operações.

Os paradigmas de desenvolvimento vigentes à época de realização de cada edição do PR refletiram-se nas ações do PR. Entretanto, isso não significa que as questões trazidas pela perspectiva de desenvolvimento sustentável, presente na reedição do PR, não fossem trabalhadas na primeira edição. O PR pode efetivamente ter um papel muito

importante no aprendizado da complexidade e no diálogo entre saberes, contribuindo para um aprofundamento epistemológico e prático do desenvolvimento sustentável, desde sua primeira edição.

Em relação à dimensão ambiental, o tratamento foi isolado e simplificado, na primeira edição do PR. Inicialmente os recursos naturais eram pouco valorizados ou mesmo desprovidos de valor, recomendando-se, por exemplo, eliminar determinadas formações vegetais para liberar espaço para atividades produtivas, de acordo com o modelo de desenvolvimento vigente. Assim, quando dotados de algum valor financeiro, os recursos naturais eram convertidos em matéria-prima para propiciar o crescimento econômico, de forma predatória. Apenas nos anos finais da primeira edição do PR começam a aparecer campanhas pontuais que levantavam a necessidade de preservação ambiental pelo PR.

Na segunda edição do PR, a dimensão ambiental é assimilada pelo enfoque de desenvolvimento sustentável. Ocupa um papel secundário nos documentos oficiais que priorizam a dimensão social. Ao se focar a temática ambiental nas entrevistas, observou-se a potencialidade que essa abordagem apresenta na compreensão da problemática das localidades, a partir de suas multidiversas relações. A dimensão ambiental perpassa e é evidente na maior parte das comunidades devido mesmo à proximidade do ambiente natural. Também, as áreas de atuação do PR correspondem a pequenas localidades em que os problemas, e a relação entre eles, podem ser identificados com maior clareza.

Dessa forma, ambos os eixos de análise, desenvolvimento sustentável e questão ambiental, foram abordados de forma incipiente pelos entrevistados que fizeram parte desta pesquisa. Isso se deve à observação da questão ambiental e algumas de suas problemáticas, ou seja, ao início da inter-relação dessa dimensão com outras. Logo, há muito a se avançar, mas já se pode considerar o modo com o qual os alunos e professores trataram aquelas temáticas como positivo, já que algumas conexões entre os problemas foram relatadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANR. Sítio da Associação Nacional dos Rondonistas. Disponível em: www.projeterondon.org.br. Acessado em 23 de março de 2009.

ALBORNOZ, Eduardo Osuna Carrillo. El voluntariado universitario. **Enfermería Global**. n. 3, Nov. 2003. Disponível em: <http://wwwclu.um.es/ojs/index.php/eglobal/article/viewFile/632/658>.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALERTA. **Integrar para não entregar**. 8 fev. 2005. Disponível em: www.alerta.inf.br. Acessado em: 5 de março de 2008.

ALMEIDA, Diego; NAHAS, Elisa; VIDAL, Josiane; PALOTTI, Pedro; FAGUNDES, Thiago. **Lições de vida e de cidadania: contribuições do Projeto Rondon para a formação profissional do administrador público**. Fundação João Pinheiro. No prelo. 2008.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Ecologia Política**. CLACSO, 2002, p.115-135.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.19, n. 53, 2005.

BRUSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável** (Org.). 4ª ed., São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003, p. 29-40.

BUARQUE, Sérgio Cristovam. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURSZTYN, Marcel (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. Sustentabilidade é o caminho para assegurar às gerações futuras o direito à vida. **Mobilizadores COEP**. 9 jul. 2008. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/publico/consultarConteudo.aspx?TP=V&CODIGO=C20087393113421>. Acessado em 23 de julho de 2008.

CARDOSO, Ruth. Em 2005, o velho Projeto Rondon. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2005.

_____. (Prefácio). In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SAMPAIO, Helena. **Experiências universitárias: experiências solidárias**. 2. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2001. (Socializando experiências, 2).

CARVALHO, Ailton Mota. Globalização, estado e políticas públicas. In: MUNIZ, Jose Norberto, GOMES, Elaine Cavalcante. **Participação social e gestão pública, as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrac Editora e Gráfica, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende; ABREU, Sara Donner. **Como anda o Projeto Rondon?** Instituto de Estudos Avançados em Educação. [S.l.]: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CASTRO, Manoel Cabral. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental na formulação de políticas públicas:** a experiência do estado do Amapá. Macapá: CEFORH/SEMA, 1998. 114p.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável (Org.). 4ª ed., São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

_____. **Desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais: referências conceituais e de política.** [S.l.: s.n.] Disponível em: www.clacso.org. Acessado em 10 de setembro de 2006.

CAVALCANTI, Yara; MELLO, Claudia dos S.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Gestão ambiental:** planejamento, avaliação, implantação, operação, verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2004.

CECCHI, Néstor Horacio. Aprendizaje e servicio en educación superior. la experiencia latinoamericana. **Anais do Seminário Internacional Responsabilidad Social Universitaria:** Aprendizaje Servicio. Caracas. Abril, 2006.

CIDIN, Renata da Costa Pereira Jannes; SILVA, Ricardo Siloto. Pegada Ecológica: instrumento de avaliação dos impactos antrópicos no meio natural. **Estudos Geográficos**, vol. 2(1), p. 43 – 52, 2004.

CHOERI, Wilson. **A filosofia do Projeto Rondon.** Rio de Janeiro, 1967 mimeografado.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Dimensão atual do Projeto Rondon.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1979.

DEFESA. Sítio do Ministério da Defesa. Disponível em: www.defesa.gov.br. Acessado em 23 de março de 2009.

DEMO, Pedro. Campus Avançado: comentários a partir da ótica social e cultural. In: **Educação Brasileira.** Brasília: CRUB, 418. 1 Semestre, 82-A. 1982. p. 44 e 51.

_____. **Desafinação no social.** Jornal do Brasil online. 21 dez. 2003.

DIANA, Alita. **A universidade que forma cidadãos.** Entrevista de Elisabeth Vargas. Jornal Universitário da UFSC, Jul. 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Nupaub Hucitec, 1996.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Texto Para Discussão N° 159. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/Ufmg, 2001.

FARIA, Daniel Beltrame. **Projeto Rondon (Operação Amazônia 2006): A perspectiva de participantes das universidades do DF.** Brasília: Universidade de Brasília, Monografia de conclusão do curso de administração, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 2001.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras**: estudo comparativo 1993/2004 /– 2a ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/04_Areas_Linhas_Extensao_COOPMED.pdf. Acessado em: 6 de junho de 2008.

FRANCO, Augusto. "Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?" N. 3, **Revista Século XXI**. Brasília: Millennium, 2000. Disponível em http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=titulo. Acessado em 30 de setembro de 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, 24 (4), out.-dez. de 2004, pp. 483-486.

GARCIA, Walter E. Legislação e inovação educacional a partir de 1930. In GARCIA, Walter E. (coord.): **Inovação educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

GASTAL, Marcelo. **A representação social do desenvolvimento rural sustentável construída por assentados**: o caso do projeto Unai. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

GAUDIO, Maria Ordalia Magro del. **O Projeto Rondon**: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída: 1968-1986. 1987. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspectiva**. [online]. v. 18, n. 2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 de setembro de 2006.

HAMMES, Valéria Sucena. **Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (Coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revam, 1992.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2003a, p. 519-543.

_____. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003b.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Colaboração de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

JOHNSON, Lissa; MCBRIDE, Amanda Moore; OLATE, René. Servicio Juvenil en América Latina y el Caribe: Exploración de su Potencial para el Desarrollo Social. In: Perold, Helene y Tapia, María Nieves (edit.). **Servicio cívico y voluntariado el ser servicio vicio cívico y el voluntariado en América Latina y el Caribe** Buenos Aires: Centro Latinoamericano de Aprendizaje y Servicio Solidario; Johannesburg, Volunteer and Service Enquiry Southern Africa; St. Louis, Washington University, The Center for Social Development; Washington DC, Innovations in Civic Participation. 2007. Disponível em: http://www.service-enquiry.org.za/downloads/spanish_chapter6_07.pdf. Acessado em: 28 de maio de 2008.

KAUFFMANN, Márcia O.; ROSA, Ezer Urpia; SILVA, Luciene Pimentel. **Políticas públicas e indicadores de sustentabilidade**: contribuição para a concretização do desenvolvimento urbano sustentável (Área: 1- Políticas Públicas - POP 004).

LAYRARGUES. P. P. **Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: evolução de um conceito? In: Proposta, nº 25, Rio de Janeiro, 1997, p.5-10.

LE BRAS, H. **Les limites de la planète mythes de la nature et de la population**. Paris: Flammarion, 1994.

LE PRESTRE, Phillippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 23-39; p. 41-59.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: Philippi Jr, Arlindo; Tucci, Carlos Eduardo Morelli; Hogan, Daniel Joseph; Navegantes, R. (edit.) **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2001.

_____. **Ecologia, Capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2000.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável**: de Estocolmo à Rio-92. 2005. 328p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

MAGLIO, Ivan. Cidades sustentáveis: prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais em áreas urbanas. In: PHILIPPI JR *et al.* **Municípios e meio ambiente**: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional In: MARTINE, George (Org.) **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Verdades e Contradições. Campinas: Unicamp, 2ª edição, 1996.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Projeto Rondon e sua dimensão atual**. Brasília: [s.n.]. Jul. 1974.

MOISÉS, Helvio. O Município-rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: FPFL-CEPAM, 1999.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MONTEIRO, Regina Clare. **CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul)**: uma análise crítica. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

MORAES, Jorge Luiz Amaral. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável Social capital and public policies for regional sustainable development. **Revista Ciências Administrativas**. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **História oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

_____. **História oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M. ; AMAZONAS, M. C. (Orgs). **Desenvolvimento Sustentável**: A institucionalização de um Conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

NOSSA, Leonencio. Lula estréia avião para relançar Projeto Rondon. **O Estado de São Paulo**, Política, 18/01/2005.

ORIENTE, Esther Barbosa. **Projeto Rondon: integrar para não entregar**. Goiânia: Kelps, 2004.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Saúde, ambiente e desenvolvimento**: reflexões sobre a experiência da COPASAD - Conferência Pan-Americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 de Novembro de 2008.

PRAVATO, Camila Medeiros. **Projeto Rondon e ensino no Brasil**: construção de uma aliança entre o conhecimento empírico e científico. 2007. Monografia em Jornalismo, Universidade Salgado de Oliveira, Juiz de Fora.

PHILIPPI JR, Arlindo. Os municípios e sua Representação Nacional para a Gestão Ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos; COIMBRA, José de Ávila Aguiar; FRANCO, Roberto Messias. **municípios e meio ambiente**: perspectivas para a

municipalização da gestão ambiental no Brasil. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

PHILIPPI JR, Arlindo; MARCOVITCH, Jacques. Mecanismos institucionais para o desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos; COIMBRA, José de Ávila Aguiar; FRANCO, Roberto Messias. **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil.** São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

PHILIPPI JR, Arlindo; BRUNACCI, Attilio. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR, Arlindo; PELICONI, Maria Cecília edit. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Faculdade de Saúde Pública, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental, Universidade de São Paulo. Barueri: Manole, 2005.

REIS, Renato Hilário dos. **A extensão universitária na relação universidade-população:** A contribuição do Campus Avançado do Médio-Araguaia- Programa Integrado de Saúde Comunitária. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Administração), Universidade de Brasília, Brasília.

REIS, José Hilário dos. A institucionalização da extensão. **Educação Brasileira**, v. 14, n. 28, jan/jun, p.67-81. 1992.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história- 1980-1995: A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Braga- Portugal: Universidade do Minho. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, número 2, p.135-175, 2003.

RONDON NOTÍCIAS. **Informativo da Associação Nacional dos Rondonistas.** Edição Especial – 40 Anos de História, 1967/2007.

ROSENBAUM, H. Jon. Project Rondon, a brazilian experiment in economic and political development. **American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 30, No. 2. p. 187-201, Apr., 1971.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SÁ, Dominique Miranda de; LIMA, Nísia Trindade. No rastro do desconhecido. Dossiê Rondon na fronteira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 1, n. 11, Agosto 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000. (Coleção Idéias Sustentáveis).

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SAWYER, Donald. População e meio ambiente na Amazônia brasileira. In: MARTINE, George (Org.) **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1996.

SETTI, Arnaldo Augusto; LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck; CHAVES, Adriana Goretti de Miranda; PEREIRA, Isabella de Castro. **Introdução ao gerenciamento de recursos**

hídricos. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Águas, 2001.

SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz. **Relação universidade-sociedade:** O Projeto Rondon. São Paulo: PUC. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 1983.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana In: MARTINE, George (Org.) **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente.** Barueri: Manole, p.13-79, 2003.

SOUZA, Olga Sueli Soares. A extensão universitária e as universidades populares. Universidade Federal da Bahia. **Revista da Faced**, n. 09, 2005. Disponível em: <http://www.revistafaced.ufba.br/include/getdoc.php?id=70&article=23&mode=pdf>. Acessado em: 7 de abril de 2008.

TAMAIU, Irineu. **A política pública de educação ambiental:** Sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – gestão do governo Lula (2003-2006). 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

UnB, 2008. **Anuário Estatístico 2006.** Disponível em: <http://www.unb.br/numeros/index.php>. Acessado em: 14 de outubro de 2008.

UNE, 2006. **Boletim Informativo da União Nacional dos Estudantes.** Jul. 2006. Disponível em: www.une.org.br. Acessado em: 27 de maio de 2008.

VARGAS, Elisabeth. In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SAMPAIO, Helena. **Experiências universitárias:** experiências solidárias. 2. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2001. (Socializando experiências 2).

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Meio ambiente e desenvolvimento.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente, 5/ Coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).

VITAL, João Carlos (Coord.). **Diagnóstico institucional do Projeto Rondon.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Convênio Projeto Rondon/ FGV, 1974.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Sertanistas, 1969.

WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Our Ecological Footprint:** Reducing Human Impact on the Earth. Canadá: New Society Publishers. v. 9, 1996.

WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa. São Paulo: Cortez, 1997. ZANINI, Wellington Rogério. **Referências para pensar o desenvolvimento regional sustentável.** Disponível em: www.urisantiago.br/.../Uma%20contribui%E7%E3o%20as%20bases%20para%20o%20de%20desenvolvimento%20regional.pdf. Acessado em: 17 de fevereiro de 2008.